

A CONJUNTURA DOS ANOS 90

PARTE FINAL

Volume XVIII - Número 1 - Maio/1990

PLANO COLLOR **O Programa Econômico** (Algumas Opções)

O Brasil encontrava-se sob a linha tênue que separava a superinflação da hiperinflação desde meados de 1989. Os fatos que ocorreram no dia anterior ao feriado bancário do dia 14 de março demonstraram que o BTN e o processo de indexação já não dispunham de condições para conter o processo hiperinflacionário.

O choque concebido pela nova equipe do Governo não permitiu que a hiperinflação se consolidasse na economia brasileira. Todavia é preciso reconhecer que nunca se chegou a uma situação tão crítica. Na ocasião em que foram lançados os planos anteriores, a inflação encontrava-se em níveis inferiores a 30% ao mês. Os Planos Cruzados, Bresser e Verão partiram de níveis de inflação correspondentes às taxas de 14,26 e 29% ao mês respectivamente. O choque Collor surgiu sob uma explosão de preços em que o índice registrou um valor acima de 80% ao mês.

Um desafio que o Governo terá de resolver relaciona-se à redução da credibilidade que a população enfrenta perante os instrumentos de poupança. Para retomar o crescimento, dentro de uma perspectiva de longo prazo, é imprescindível que os poupadores penalizados participem ativamente do fluxo de renda. E, nessa ocasião, o sistema financeiro exercerá a função de canalizar a poupança para atender à demanda de investimentos.

Política Monetária e Fiscal

Uma das mais fortes "âncoras" do Plano Brasil Novo é sem dúvida a política monetária, que promoveu uma drástica redução nos meios de pagamento, retirando de circulação algo como US\$ 115 bilhões dos US\$ 150 bilhões que se encontravam aplicados principalmente no "overnight", poupança e fundos de curto prazo.

Uma análise das principais medidas de política monetária contidas no plano de estabilização mostra a grande preocupação do Governo com a massa de moeda encastelada

nos haveres não monetários ao longo de 1989, a qual poderia representar um forte fator de pressão sobre a demanda, colocando em risco o seu sucesso, assim como aconteceu com os Planos Cruzado e Bresser.

No atual plano de estabilização, a forma encontrada pelos novos governantes de retomar o controle sobre a liquidez e de evitar a monetização da economia foi determinar limites e prazos de saques tanto sobre os haveres monetários como sobre os não monetários, em uma nova moeda, o cruzeiro, que substituiu o cruzado novo na paridade de um por um.

Essas medidas monetárias provocarão de imediato um significativo impacto contracionista tanto na base monetária como nos meios de pagamento, o que acarretará uma sensível redução dos negócios na economia, resultando em um desaquecimento das atividades econômicas, que poderá ser mais intenso ou não, dependendo do nível de controle do Governo sobre as "tomeiras" do dinheiro.

O ajuste fiscal utilizou medidas de aumento de receitas, que irão permitir uma elevação da carga tributária e um corte de despesas via uma reforma patrimonial e administrativa. Para contribuir com a redução do "déficit", o Governo promoveu também aumentos das tarifas públicas: telefone, energia elétrica, combustíveis (cerca de 32%) e tarifas postais (cerca de 82%).

Repercussões na Agricultura

Nas eleições diretas para Presidente da República em 1989, após quase 30 anos de ausência dessa prática, a sociedade brasileira foi às urnas com a convicção de que o candidato que vencesse as eleições tomaria medidas para alterar a situação econômica do País.

Na expectativa de alterações mais específicas e urgentes encontravam-se os produtores rurais, que aguardavam do novo Governo o atendimento de três reivindicações prioritárias: correção dos preços mínimos entre 25% e 30%, para acabar com a alegada defasagem em relação ao preço dos insumos e à inflação; desvalorização cambial entre 30% e 40%, para incentivar a comercialização dos produtos voltados ao mercado externo; e maior alocação e liberação de recursos para o crédito rural.

As medidas de ajuste econômico, contudo, não consideraram aqueles interesses imediatos da classe rural, bem como não houve definição sobre a manutenção das regras até então vigentes no setor agrícola.

Plano Collor e Trabalhadores

Já é consenso que o conjunto de medidas contido no Plano, e, em especial, o aperto de liquidez, aponta uma recessão econômica. As divergências ficam por conta da forma diferenciada como esses impactos atingem os diversos grupos sociais e setores da economia. No caso dos setores produtivos mais organizados — principalmente as médias e grandes empresas do setor formal —, os impactos parecem não se dar de modo imediato e profundo, dados os recursos de que podem lançar mão, ao menos no curto prazo, para postergá-los. De fato, esses setores foram os que mais se beneficiaram com a "ciranda financeira" e a elevação desenfreada dos preços que estouraram os termômetros do último verão, tendo, portanto, "gorduras" para cortar. Isso quer dizer que essas empresas podem aguardar o desenrolar dos acontecimentos, utilizando-se de expedientes como férias coletivas para seus empregados, licença remunerada, realocação e treinamento de pessoal, paralisação de obras (veja-se o caso da construção civil), redução da produção e demissão de pessoal, fatos estes que vêm-se tornando corriqueiros nos últimos dias.

As medidas contidas no Plano Collor, com destaque para o aperto de liquidez e a conseqüente restrição de demanda, atingem de forma mais imediata os trabalhadores informais, embora afetem toda a economia. Para os trabalhadores assalariados, por sua vez, os custos impostos em prol da estabilização levam o nome de "desemprego" e "perdas salariais" embutidas no Plano.

Privatização no Governo Collor

Por que privatizar empresas estatais (EEs) que desempenharam historicamente papel decisivo na construção da infra-estrutura econômica, fornecendo bens e serviços a preços subsidiados às empresas privadas? As razões apresentadas vão desde a necessidade de reordenar a posição estratégica do Estado na economia, permitindo que concentre seus esforços em áreas socialmente prioritárias, até o fortalecimento do mercado de capitais e (quem diria?) a democratização da propriedade do capital. Menciona-se ainda que a privatização contribuirá para a redução da dívida pública e para o saneamento das finanças do setor público, permitirá a retomada dos investimentos nas empresas e atividades a serem privatizadas, bem como a modernização do parque industrial, reforçando a capacidade e a competitividade das empresas.

As EEs estratégicas autofinanciaram sua própria expansão. Se hoje elas estão quebradas, é porque serviram de instrumento da política econômica de curto prazo, captando recursos externos para fechar o balanço de pagamentos e rebaixando seus preços e tarifas para conter a inflação. O Estado intervencionista não se opõe necessariamente ao Estado social, nem tampouco este surge a partir da extinção daquele.

Por outro lado, a geração de recursos resultantes da venda de estatais pode contribuir para resgatar parte da dívida pública e para o saneamento financeiro do setor público, problemas pelos quais, na sua essência, não foram responsáveis. No entanto, se as verdadeiras causas do desequilíbrio financeiro do setor público (queda de receita, subsídios, defasagem de tarifas, juros da dívida estatal, socorro à empresas privadas, entre outras) não forem atacadas, não haverá patrimônio de EE suficiente para somar esse desequilíbrio.

Volume XVIII - Número 2 - Agosto/1990

POLÍTICA MONETÁRIA

Um dos principais pilares do Plano Brasil Novo foi a política monetária, que pretendia promover uma forte contenção de liquidez, através de medidas que controlassem os limites e prazos de saques tanto sobre os haveres monetários como sobre os não monetários (haveres financeiros).

Dados preliminares sobre o comportamento dos haveres financeiros no período subsequente à implementação do Plano mostram a realização de um profundo corte na liquidez do sistema. Os meios de pagamento — no seu conceito mais amplo (M4), que envolve todo tipo de aplicação em ativos financeiros —, que totalizavam cerca de NCz\$ 4,2 trilhões em 13 de março, sofreram de imediato uma grande redução (67%), com o valor dos haveres financeiros, automaticamente transformados em cruzeiros, restringindo-se a Cr\$ 1,4 trilhão em 19 de março (GM, 30.5.90, p.9). Verificou-se, assim, num primeiro momento do Plano, um forte aperto de liquidez. Entretanto, nos dois meses iniciais de vigência do Plano, algumas falhas de elaboração e de gerenciamento do mesmo colocaram em risco esse objetivo do Governo.

O papel-moeda em circulação, componente da base monetária, cujo controle é exclusivamente do Banco Central, apresentou incremento de 196% em março e de 41,3% em abril, taxas ligeiramente superiores às dos M1.

A expansão excessiva da liquidez em tão curto espaço de tempo passou a preocupar o Governo, pois poderia ser

canalizada para consumo, pressionando a demanda num momento em que o nível de atividade da economia tendia a se reduzir, podendo resultar, conseqüentemente, numa elevação das taxas inflacionárias acima do desejado.

Para sinalizar mais uma vez esse aperto na liquidez aos agentes econômicos, a nova equipe econômica aprovou, na sua primeira participação em reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN), as metas de controle da expansão dos meios de pagamento para os próximos trimestres, até março de 1991, quando não deverá haver expansão dos mesmos.

Na concepção dessas metas monetárias para este ano, deve ser salientado que o Governo embutiu os seguintes parâmetros macroeconômicos: o crescimento do PIB deve ser zero; a inflação deve situar-se em torno de 5% ao ano; e as taxas de juros serão as determinadas pelo mercado.

POLÍTICA FISCAL

O Plano Brasil Novo, no que diz respeito à política fiscal, previa um ajuste fiscal expressivo de 10% do PIB, o qual permitiria um "superávit" operacional de 2% do PIB nas contas do Governo, tendo em vista um "déficit" potencial estimado de 8% do PIB para 1990.

Tal ajuste seria composto por medidas de aumento de receitas e de cortes de despesas. Para atingir a meta estipulada, o Governo contava com uma reforma administrativa que iria proporcionar uma contenção de despesas de 0,5% do PIB, com uma reforma patrimonial que renderia 3,5% do PIB e com diversas alterações fiscais (aumento do Imposto sobre Operações Financeiras, alterações de prazo no recolhimento do Imposto sobre Produtos Industrializados, Imposto de Renda), as quais permitiriam um acréscimo de recursos de 6% do PIB.

A reforma administrativa consiste, basicamente, no encolhimento dos gastos da máquina estatal, através da redução de funcionários públicos. Para isso, o Governo tinha previsto, inicialmente, que seriam demitidos, ou colocados em disponibilidade, cerca de 30% dos servidores públicos, o que representaria, aproximadamente, 360.000 pessoas. Essa meta não foi atingida até a data estipulada, 18.06.90.

Por sua vez, a reforma patrimonial elaborada pelo Governo abrange dois pontos importantes: o primeiro foi a criação do Programa Nacional de Desestatização, que tem como objetivo principal analisar as empresas do setor público e indicar aquelas passíveis de serem privatizadas.

INDÚSTRIA

Durante o primeiro semestre de 1990, a indústria de transformação brasileira adaptou-se perfeitamente ao que

dela esperavam os formuladores da política econômica, isto é, entrou em profunda recessão. A partir da eleição do novo Presidente da República no final do ano passado, estava claro para os analistas econômicos e para boa parte do empresariado que a opção de ajuste que seria tomada era a de controle de preços e diminuição do ritmo da atividade econômica.

Neste momento histórico, em que a economia internacional se reorganiza em blocos, urge que se faça todo esforço para encontrar um lugar diferente daquele no qual a Geografia naturalmente nos colocou. Ou seja, é necessário que a indústria nacional se lance ao novo padrão tecnológico internacional, dominado pela microeletrônica e pelos processos flexíveis de produção, sob pena de, em poucos anos, não conseguir mais sustentar a concorrência no mercado externo. As vantagens comparativas brasileiras, baseadas em mão-de-obra, matéria-prima e energia barata, subsídios diversos e desvalorização cambial, estão sendo superadas pelos grandes ganhos de produtividade obtidos pelos países mais avançados.

Quando se discute a necessidade de desenvolver tecnologia ou até mesmo de absorvê-la via associação, surge o problema do financiamento. Essa não é uma questão nova, mas, justamente por não ter sido bem encaminhada de outras vezes, volta sempre que se pensa em dar um passo à frente.

A exemplo da Indústria nacional, a indústria gaúcha também se adaptou à proposta recessiva do Plano Brasil Novo mesmo antes de sua divulgação. É o que mostram as taxas de variação negativas da variável pessoal. É bom lembrar que até dezembro de 1989 essas taxas eram positivas e a partir de janeiro de 1990 são cada vez mais negativas.

AGRICULTURA

Os efeitos do Plano Collor na agricultura, de imediato, são mais significativos na comercialização da safra, com influências maiores no mercado de soja e de carnes. A soja, por ser um produto voltado ao comércio externo, teve sua comercialização afetada pela política cambial, com a adoção do dólar flutuante. Os sojicultores, face a uma alegada defasagem cambial de 30%, resultante do Plano Verão, de janeiro de 1989, exigiam uma desvalorização cambial como forma de garantir preços satisfatórios com a comercialização no mercado externo. No mercado interno, as vendas também estão em ritmo desacelerado.

O mercado de carne de boi gordo (gado para abate), em plena safra, tem apresentado escassez do produto e variação dos preços ante a expectativa de maiores definições do

Governo Collor. Os pecuaristas, num período anterior ao Plano Collor, decidiram reter o boi no pasto como forma de se precaver das mudanças econômicas e, além disso adquirir boi magro para manter ativos reais.

Paralelamente a essa conjuntura, o preço da carne suína a nível de produtor, no Rio Grande do Sul, apresentou comportamento semelhante ao da carne bovina, mas com um significativo aumento nominal de 438,6% no preço médio praticado entre 15 de janeiro e 18 de maio.

A safra de verão do Rio Grande do Sul 1989/90 foi precedida por uma safra recorde nos anos 80, ao mesmo tempo em que apresentou bons resultados no primeiro ano de uma nova década. Se a safra 1988/89 atingiu 13,9 milhões de toneladas com a produção dos principais grãos — arroz irrigado, feijão, milho e soja —, a safra atual, pelas informações processadas até maio, aproxima-se em muito do desempenho alcançado por aquela última.

O volume de produção de arroz irrigado, feijão, milho e soja, nesta safra, está próximo das 13,5 milhões de toneladas, com destaque para o desempenho das lavouras de milho e soja em termos de acréscimo de área, de produção e de produtividade.

GOVERNO

Após a sua promulgação em 16.03.90, o Plano foi alvo da avaliação de economistas das diferentes tendências teórico-políticas que conformam a sociedade brasileira. Nesse sentido, houve um consenso quanto a sua consistência macroeconômica. As críticas mais contundentes, num primeiro momento, ficaram por conta do grau de recessão que tal medida imporia e, mais detidamente, do aperto da liquidez promovido pelo bloqueio dos chamados ativos financeiros — cadernetas de poupança, carteira de títulos públicos e depósitos à vista.

Um balanço dos resultados do Plano Collor nos seus primeiros 100 dias aponta essa conclusão básica: ele não conseguiu seu principal objetivo, que era reverter as expectativas inflacionárias. Seus custos em termos de bloqueio de recursos, abalo da confiança no sistema financeiro, queda no nível das atividades, desemprego e penalização dos salários, sem contar os arranhões na ordem constitucional, esses estragos todos teriam sido inúteis, pois o processo inflacionário retoma seu curso numa conjuntura econômica mais difícil que a anterior.

As ações efetivas do Governo restringiram-se à reforma monetária que, apesar de sua aparente coerência inicial, revelou logo seus defeitos de concepção e seus erros de

gerenciamento. A liquidez voltou rapidamente a irrigar uma economia em recesso e com a confiança em seu sistema financeiro abalada. Os demais instrumentos de controle inflacionário, como a reforma fiscal, a reforma administrativa e o processo de privatização, cujos efeitos são de médio e longo prazos, pouco contribuíram para reverter as expectativas.

O Plano Collor reforça uma conclusão sempre mais clara após cada plano de estabilização: a inflação torna-se mais resistente aos choques, cai menos e volta a subir mais rapidamente.

Volume XVIII - Número 3 - Novembro/1990

POLÍTICA MONETÁRIA

As metas de controle da expansão dos meios de pagamento aprovadas, em reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN), em 29.05.90 projetavam para o segundo semestre de 1990 e primeiro trimestre de 1991 um profundo aperto na liquidez da economia, inclusive sinalizando, para o período de janeiro a março de 1991, uma expansão zero dos meios de pagamento.

A nova fase de ajuste monetário justifica-se devido ao fato de que, apesar de o Plano de Estabilização ter reduzido o mais amplo dos agregados monetários (M4) de 24,62% do PIB, apurado em fins de fevereiro, para 8,10% em fins de março de 1990, nos últimos dias de maio de 1990, com o crescimento da liquidez em cruzeiros (torneiras abertas), o M4 atingiu 13% do PIB, um nível preocupante pela rapidez e pela velocidade de seu ritmo de crescimento.

POLÍTICA FISCAL

A condução da política fiscal no terceiro trimestre de 1990 não apresentou alterações na consecução do objetivo traçado pelo Plano Collor de promover um forte ajuste fiscal via aumento de receitas e contenção de despesas.

Seguindo as metas propostas, no que diz respeito à reforma administrativa, o Governo demitiu e/ou colocou em disponibilidade cerca de 200.000 funcionários até este período, o que, de acordo com suas estimativas, significa uma redução de gastos de 0,5% do PIB.

Com relação às contas do Governo, as receitas com impostos apresentaram um crescimento significativo nos meses de abril e maio, devido a fatores extraordinários, tais como os ganhos transitórios com o IOF e o pagamento de impostos com os cruzados novos retidos.

Por sua vez, as despesas com pessoal atingiram o montante de Cr\$ 134,5 bilhões no mês de setembro. Esses

gastos foram um pouco superiores no mês de agosto (Cr\$ 181,3 bilhões), tendo em vista que o Governo antecipou a metade do décimo terceiro salário para o funcionalismo público nesse mês. No entanto a política salarial adotada tem permitido uma queda substancial do salário real dos funcionários do Governo.

INDÚSTRIA

Em uma classificação por categorias de uso, fica claro que a produção de bens de capital foi a que mais contribuiu para o fraco desempenho da indústria no mês de julho. Em comparação com o mesmo mês do ano que passou, julho de 1990 registrou a significativa queda da produção física de 22,53%. A causa dessa má "performance" está intimamente atrelada às baixas taxas de investimento que se têm constatado nos últimos anos, o que tendeu a agravar-se após as medidas de restrição ao consumo determinadas pelo Plano Collor, visando baixar a inflação.

Embora relativamente menos afetada – queda de 11,27% –, a categoria bens de consumo duráveis também vem se ressentindo da diminuição da demanda. A compressão dos salários e a impossibilidade de acesso à poupança, congelada pelo já referido plano, têm impossibilitado o acesso de grande parte dos consumidores aos bens duráveis.

Quanto à produção de bens intermediários, também se observou uma redução da taxa de crescimento da ordem de 6,66% no mês de julho deste ano, em relação a julho de 1989. Fato perfeitamente compreensível, tendo em vista a queda do desempenho da categoria de bens de consumo, e ainda mais caso se considerar que não se vislumbram perspectivas de reaquecimento da economia nos próximos meses.

O desempenho da indústria de transformação do Rio Grande do Sul, no mês de julho passado, ficou bem abaixo do da média nacional. Os indicadores levantados pelo IBGE – mensal, acumulado do ano e acumulado dos últimos 12 meses – registraram quedas significativas da produção. Assim, a taxa de crescimento mensal de jul./89-jul./90 foi de -8,76%, o acumulado do ano (jan.-jul./89-jan.-jul./90) caiu 11,13%, enquanto o acumulado dos últimos 12 meses – com relação aos 12 meses imediatamente anteriores – ficou em -5,25%.

AGRICULTURA

Os preços mínimos dos principais grãos da safra de verão da Região Sul foram reajustados entre 41,9% e 53,30%, portanto, em patamares muito inferiores aos necessários para que pudessem representar um crescimento real.

No que diz respeito ao aumento nos limites de financiamento a nível de produtor, constata-se que houve benefícios maiores para o médio e o grande produtor das principais culturas. O produtor médio de arroz irrigado teve seu limite de financiamento aumentado de 60% para 80%, o que significa um acréscimo de 33%, se comparando com o da safra 1989/90; por sua vez, o grande produtor foi beneficiado com um aumento de 50%.

A comercialização da safra de verão 1989/90 apresentou um ritmo mais lento este ano, basicamente em função de dois fatores. Um foi a demora do Governo em apresentar aos produtores rurais uma proposta quanto ao diferencial de correção entre os preços mínimos e os empréstimos rurais.

O outro fator, que atinge as culturas exportáveis, diz respeito à política cambial instituída através do Plano Brasil Novo, com a criação do dólar flutuante, o que manteve a defasagem oriunda de planos anteriores. Devido a essas questões conjunturais vigentes, houve um atraso na comercialização dos principais grãos produzidos no Rio Grande do Sul.

EMPREGO E SALÁRIOS

O Plano Collor, após breve período de congelamento de preços e salários, esboçou uma política de rendas que prefixava percentuais de reajustes máximos mensais para os preços e reajustes mínimos mensais para os salários. Além do reajuste mínimo, os salários poderiam ser negociados livremente. Com inflação zero ou próxima de zero, essa política poderia ser um instrumento interessante para o controle de preços e salários. Porém, com a prefixação dos salários em zero e a inflação persistindo em taxas positivas, ela foi abandonada e, em seu lugar, decretada a livre negociação entre empresários e trabalhadores. Esta foi abandonada, também, tão rapidamente quanto a política anterior e substituída pela Medida Provisória nº 193, a qual vamos denominar (sem muito rigor) de política salarial do Governo.

Na lógica das medidas tomadas pelo Governo Collor, os salários reais não podem aumentar, e até a sua redução seria necessária. Em consequência, o consumo é reduzido, e a queda dos salários diminui, também, os custos de produção. Com uma menor demanda, quem quiser vender vai ter que baixar os preços. No médio prazo, não há como a inflação se sustentar.

A posição do Governo, portanto, é conter os aumentos salariais a qualquer custo. É dentro dessa ótica que se coloca a luta feroz contra a indexação dos salários, que leva, necessariamente, os empresários a fazerem repasses aos

preços para manter intacta a sua margem de lucro. Por parcialidade, desinteresse ou impossibilidade, não é tratado, de forma concreta, o controle das margens de lucro.

Volume XVII - Número 4 - Janeiro/1991

DESEMPENHO DA ECONOMIA

A economia brasileira encerrou a década com um desempenho que se aproxima bastante ao de nove anos atrás. Embora ainda sem uma estimativa mais completa para o ano por parte do IBGE, as informações até o terceiro trimestre, assim como as estimativas do IPEA, apontam uma taxa negativa do produto ao redor de -4,0%, com uma redução de 6,0% no PIB "per capita". Esse desempenho é apenas superior ao de 1981, pior ano da década, quando o PIB decresceu 4,4%. Isso significa que a economia brasileira teve um crescimento acumulado, nestes 10 anos, de apenas 17,2%, contra 128,9% da década anterior. A magnitude dos números revela a extensão da crise por que passa a economia brasileira, com o PIB "per capita", em 1990, sendo 5,5% inferior ao de 1980. O crescimento negativo do PIB em 1990 já era previsto a partir dos desdobramentos do Plano Collor. Uma vez que a taxa inflacionária se mostrou mais resistente que o esperado, acentuaram-se as intenções recessivas da política econômica.

O fraco desempenho da economia em 1990 foi fundamentalmente determinado pelo decréscimo do produto da indústria, com uma taxa de -7,5% até setembro, destacando-se a indústria de transformação, com -8,6%, e a da construção civil, com -9,3%. Contribuíram também para a taxa negativa os desempenhos do comércio (-5,5%) e da lavoura (-10,1%). Ressalta-se que apenas o setor industrial foi responsável por uma queda de 3,5% no PIB global.

Nesse contexto de crise, a economia gaúcha teve um desempenho levemente superior ao da nacional, com uma taxa estimada de -3,5% para o PIB e com uma redução de 4,7% no PIB "per capita".

POLÍTICA MONETÁRIA

A política monetária, ao longo de 1990, foi utilizada pelo Governo como um dos principais instrumentos de combate à inflação. O Plano Collor (16.03.90) promoveu, além da reforma monetária (cruzado novo para cruzeiro), um forte enxugamento de liquidez através do estabelecimento de limites e prazos de saques tanto sobre os haveres monetário como sobre os não monetários.

O primeiro impacto das medidas monetárias do Plano

provocou de imediato uma redução drástica nos meios de pagamentos, enxugando praticamente dois terços dos ativos financeiros na época de sua divulgação — foram retirados de circulação em torno de US\$ 115 bilhões dos, aproximadamente, US\$ 150 bilhões que se encontravam aplicados principalmente no “overnight”, em cadernetas de poupança e em fundos de curto prazo.

O Plano revelou a preocupação das autoridades monetárias com a massa de moeda que se encontrava sob a forma de haveres não monetários, a qual poderia, se convertida, representar um significativo fator de pressão sobre a demanda, colocando em risco o seu sucesso.

Entretanto o objetivo do Plano de realizar um forte aperto de liquidez foi colocado em risco, nos dois meses iniciais da sua vigência, devido a algumas falhas de elaboração e de gerenciamento do mesmo. No primeiro caso, enquadra-se a possibilidade que tiveram os Governos Estaduais e Municipais de se transformarem em instituições capazes de emitir moeda, devido à faculdade que lhes foi dada de converterem os cruzados novos retidos em cruzeiros, por meio de pagamentos de impostos e multas. No segundo, destacam-se as “torneiras abertas” devido às pressões dos diferentes segmentos da sociedade pelos recursos retidos em cruzados junto ao BACEN.

Esse processo de monetização da economia, que foi mais intenso em março, imediatamente após o Plano, praticamente se concluiu em maio, com a eliminação das contas remuneradas e também com o fim das conversões de cruzados em cruzeiros para pagamento de tributos e outros fins.

POLÍTICA FISCAL

O Plano Collor, quanto à política fiscal, tinha como meta promover um ajuste fiscal expressivo de 10% do PIB, capaz de proporcionar, já em 1990, um “superávit” operacional nas contas do Governo de 2% do PIB, tendo em vista um “déficit” potencial estimado de 8% para 1990.

Para atingir a meta estipulada, o Governo contava com uma reforma administrativa, que deveria proporcionar uma contenção de despesas de 0,5% do PIB, com uma reforma patrimonial, que renderia 3,5% do PIB e com diversas alterações fiscais — aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), alterações de prazo no recolhimento do imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), do IR —, as quais permitiriam um acréscimo de recursos de 6% do PIB.

As contas do Governo, no que diz respeito à receita bruta, apresentaram, no período janeiro-outubro deste ano, em relação a igual período do ano passado, um crescimento real

de 40%. Quanto às despesas, o acumulado real até outubro, em relação ao mesmo período de 1989, mostra uma queda de 21%, sobressaindo-se os encargos da dívida mobiliária federal, que apresentaram uma redução de 81% comparados aos dos primeiros 10 meses do ano anterior. Para isso, contribuiu em grande parte o próprio Plano, que interrompeu, num primeiro momento, a "ciranda financeira", reduzindo a dívida pública pelo congelamento do Bônus do Tesouro Nacional (BTN) e, após, pela monetização de parte da dívida através da conversão de cruzados em cruzeiros para pagamentos de tributos. As despesas com pessoal e encargos sociais, no acumulado do ano até outubro, cresceram, apesar de os funcionários públicos terem ficado sem aumento salarial de março até setembro.

Passados praticamente 10 meses da implantação do Plano Collor, com a inflação beirando a casa dos 20% ao mês, reacende-se no País o debate sobre a eficácia do plano de estabilização que tem nas políticas monetárias e fiscal as suas duas grandes âncoras. Com relação à política monetária, pode-se dizer que ela até agora tem resistido à crítica forte de seus opositores e ao apoio entusiasmado de seus defensores. Quanto à questão fiscal, discute-se a sua magnitude, isto é, se o ajuste ocorrido foi do tamanho requerido para atuar sobre a estabilidade econômica.

EMPREGO E SALÁRIOS

A taxa hiperinflacionária de 84,32% em março foi derrubada para 7,87% em maio (dados do IPC-IBGE); o decréscimo de Sarney foi substituído pela popularidade em alta do Presidente Collor; a capacidade de implementar uma política econômica foi recuperada; enfim, a ausência de rumos na esfera político-econômica foi preenchida por um sólido plano de estabilização dirigido por jovens economistas em busca da modernidade, ávidos de concretizar, na prática, as suas teorias. Foi assim que começou o ano de 1990 (só em março), após a ressaca cívica do segundo turno da eleição presidencial.

A esperança depositada no novo governo foi sacudida pelos primeiros sinais de desemprego e caiu na realidade quando se defrontou com uma política de arrocho salarial. Era o início do choque recessivo, que traria conseqüências negativas no PIB, como também na situação das empresas.

AGROPECUÁRIA

A produção brasileira dos 10 principais produtos apresentou, em 1990, queda de 21% no volume produzido e de 11% na área colhida, a produção gaúcha acusou um pequeno decréscimo de 1,48%, se comparada com a de 1989.

Mas, ainda que a safra gaúcha 1989/90, plantada no

Governo Sarney e colhida no Governo Collor, tenha apresentado resultados satisfatórios de produção, enfrente problemas de comercialização em decorrência do Plano Brasil Novo, anunciado em 15 de março de 1990. Esse plano, conjugado com o Pacote Agrícola que se seguiu em 15 de agosto, provocou reflexos que tenderão a ser mais visíveis a partir da safra 1990/91.

O comportamento agrícola nacional reflete a "performance" negativa apresentada pelas Regiões Centro-Oeste e Nordeste, com redução da área plantada com arroz, feijão, milho e soja, além da queda de produtividade.

Já a nível estadual, a produção de 1990 aproxima-se do desempenho apresentado em 1989, devendo ser considerado, porém, que os dados finais de 1990 serão conhecidos após o cômputo total das informações de aveia, centeio, cevada e trigo, tanto a nível nacional como estadual.

A safra 1989/90 foi marcada pela redução de 50% no volume de recursos demandado pelo setor rural, se for levada em conta a estimativa de crédito disponível através dos agentes e das fontes oficiais de crédito. Face à alocação prevista de recursos, os demais 50% seriam captados no sistema bancário privado, com juros livres de mercado.

INDÚSTRIA

O comportamento da conjuntura industrial no ano de 1990 evidencia, principalmente a partir de março, os desdobramentos da execução da política econômica calcada numa estratégia de aperto fiscal e monetário, que, juntamente com um forte arrocho salarial, visava arrefecer o ritmo acelerado de remarcações de preços, o que teve como consequência o desaquecimento da atividade produtiva.

Com base na evolução do índice de base fixa ajustado sazonalmente, o que a trajetória dos níveis de produção de fato indica é que, após o segundo trimestre, que concentrou os primeiros impactos do Plano Collor, a atividade industrial pareceu tender para uma relativa estabilização em um novo patamar de produção, abaixo do crescimento de 1989 com relação à média de 1981. A ressalva a ser feita é a de que os últimos dois meses do ano deverão apresentar um novo declínio em função da conjuntura econômica desse período.

A manutenção e o posterior aprofundamento da austeridade monetária e fiscal adotada de forma contínua e determinada pelo Governo, combinada à permanência de um quadro de desindexação salarial e de retorno de taxas inflacionárias mensais em torno de 15%, cedo ou tarde viriam a forçar um novo arrefecimento no ritmo da atividade produtiva.

O resultado do bimestre setembro-outubro, período para

o qual se dispõe de dados, apontou um decréscimo de 8,26% na produção, em comparação com igual período de 1989, sendo que o índice acumulado em 12 meses, até outubro, indica uma queda de 6,21%, a maior desde setembro de 1982.

No âmbito das categorias de uso, sobressai o mau desempenho do setor produtor de bens de capital, confirmando-o como o segmento mais duramente atingido pela estratégia recessiva. A nível de seus componentes mais representativos, destacam-se, conforme o IBGE, a acentuada retração da indústria mecânica (-13,82%), da construção naval (-62,6%) e da produção de máquinas e implementos agrícolas (-20,73%).

Volume XIX - Número 1 - Junho/1991

POLÍTICA MONETÁRIA

Após quase 11 meses da adoção do Plano Collor, o Governo anunciou, no dia 31 de janeiro de 1991, quando a inflação ultrapassava os 20% mensais, um novo congelamento de preços e salários — Plano Collor II —, incluindo, desta vez, desindexação e reforma financeira para incentivar os investimentos a longo prazo. No entanto, antes do congelamento, ocorreu uma elevação das tarifas públicas e dos preços dos combustíveis entre 46% e 71%.

Algumas das principais alterações desse Plano foram o fim do Bônus do Tesouro Nacional (BTN), o do Bônus do Tesouro Nacional Fiscal (BTNF) e a instituição da Taxa Referencial de Juros (TR), que passou a servir de base para os reajustes das aplicações financeiras.

O Plano Collor II não impôs nenhuma nova diretriz para o andamento das reformas administrativas e patrimonial iniciadas com o plano anterior, em março de 1990.

POLÍTICA FISCAL

POLÍTICA MONETÁRIA Apesar do relativo equilíbrio das contas públicas no ano passado e início deste ano, isso não significa que elas estejam sob controle. Para 1991, com o fim da indexação da economia — Plano Collor II — atingindo também os impostos e contribuições, o Governo projeta uma queda de 28% na arrecadação. Para enfrentar essa situação, em março, começou a preparar um profundo corte no seu orçamento, que poderá atingir até 7% das despesas consideradas comprimíveis, exceto os salários do funcionalismo e os encargos das dívidas interna e externa.

O efeito do PC II sobre o nível de atividade pode ser analisado levando-se em consideração dois aspectos: as experiências dos planos anteriores e o comportamento da

balança comercial. Esses fatores fornecem importantes subsídios para projetar-se a evolução do nível de atividade a partir de março.

As quatro experiências anteriores foram o Plano Cruzado (fev./86), o Plano Bresser (jun./87), o Plano Verão (jan./89) e o Plano Collor I (mar./90), e todas se caracterizaram por apresentar uma "bolha de consumo" devido ao congelamento de preços. Após o lançamento dos planos, ocorreu, nos dois primeiros meses, um aumento no consumo, que foi seguido, com uma defasagem de um a dois meses, pela elevação na produção industrial. A questão a responder é se a "bolha" novamente ocorrerá. No Plano Collor II, a "bolha de consumo" não se fez presente, ao menos até o mês de fevereiro, o último de que se dispõe de informações.

INDÚSTRIA

O Plano Collor II poderá ter um efeito muito reduzido sobre o nível de atividade industrial, constituindo-se no plano que menor contribuição apresentou para a sua elevação. O desempenho da balança comercial confirma essa assertiva, pois mostra que a busca por mercados externos continua, apesar do aumento dos custos de produção em razão do tarifaço e da tradicional "segurada" na taxa de câmbio nos planos econômicos. Portanto, aparentemente, o PC II não será capaz de reverter o quadro recessivo em que a economia brasileira se encontra, a não ser que as autoridades econômicas resolvam mudar o eixo de sua política econômica de combate à inflação para o crescimento econômico.

A indústria de transformação do Rio Grande do Sul, a exemplo da brasileira, sofreu forte desaceleração no ano de 1990, recuando 11,19% em relação ao ano anterior. Esse resultado coloca a indústria de transformação gaúcha como uma das mais atingidas pela crise econômica, sendo superada somente por São Paulo, com -11,25%, e por Pernambuco, com -12,33%.

EMPREGO E SALÁRIO

O Governo foi eficaz em seus objetivos: a sua política recessiva conseguiu reduzir drasticamente a produção nacional, aprofundar o arrocho salarial e sacrificar um grande número de postos de trabalho — toda essa guerra em nome do combate à inflação, que, hiperinsistente, não recuou e, em janeiro, já passava da perigosa faixa dos 20%.

Já era esperado que a recessão provocada pela política econômica do Governo Collor trouxesse reflexos drásticos nas taxas de desemprego nos primeiros meses de 1991, o que se confirmou com a taxa de desemprego aberto pesquisada pelo IBGE, que chegou a 5,23% em janeiro — bem acima das

taxas de dezembro de 1990 (3,93%) e de janeiro do ano passado (3,30%) e no mesmo patamar da de maio de 1990 (5,27%), que foi o pico do desemprego detectado pela pesquisa naquele ano. Em fevereiro do corrente ano, a taxa de desemprego aberto não registrou uma alta significativa em relação ao mês anterior, ficando em 5,41%. Esta, porém, é a maior taxa verificada no mês de fevereiro desde 1986.

Em fevereiro, 108 mil trabalhadores perderam o emprego na Grande São Paulo, apresentando um acréscimo de 13,2% sobre os 820 mil desempregados que haviam em janeiro, aumentando o contingente de desempregados para 928 mil pessoas. A taxa de desemprego total (aberto mais oculto), pesquisada pela Fundação SEADE, foi de 11,1% em fevereiro, enquanto a de janeiro foi de 9,4%.

Uma das conseqüências mais graves constatadas pela PED refere-se a alterações no perfil dos desempregados, na medida em que o desemprego vem atingindo, de forma crescente, os chefes de família, empurrando-os para trabalhos precários, única forma de garantir minimamente a sobrevivência.

AGRICULTURA

Os prognósticos referentes à safra de verão do Rio Grande do Sul, são negativos no que diz respeito ao volume de produção do milho, da soja e do feijão, com previsões positivas apenas para a colheita do arroz irrigado, embora as informações existentes ainda não permitam apontar com exatidão o volume da quebra dos principais grãos da safra gaúcha. Em relação à safra passada, houve decréscimo na área cultivada com arroz irrigado (-1,86%) e com soja (-11,18%), o qual foi compensado pelo incremento no plantio de feijão (6,02%) e de milho (13,80%). De qualquer forma, pode-se inferir que, a nível estadual, o resultado da produção física dos quatro principais grãos da safra de verão ficará aquém das expectativas, com tendências a apresentar um desempenho inferior ao obtido em 1990, que resultou em uma queda de 4,5% no PIB da agropecuária. Naquele ano, a produção gaúcha de arroz irrigado, feijão, milho e soja alcançou um volume aproximado de 13,6 milhões de toneladas. Para 1991, a estimativa de março aponta um total de 9,8 milhões de toneladas, o que representa um decréscimo de 28%, se comparada com a previsão inicial de dezembro de 1990, decorrente principalmente das quebras de 38,39% na safra de milho e de 44,15% na produção de soja.

A nível nacional, segundo informações de fevereiro, a situação das quatro principais lavouras de verão tende a proporcionar um acréscimo de produção em 1991, com um

total de 55,4 milhões de toneladas ante um volume de 49,7 milhões produzidos em 1990. Entretanto há uma estimativa de queda na produção de soja da ordem de 10,43% e uma redução de plantio, propositalmente estimulada pelo Pacote Agrícola de agosto de 1990, prevista em 17,29%.

Volume XIX - Número 2 - Agosto/1991

**POLÍTICA
MONETÁRIA**

O cenário da política monetária no segundo trimestre do ano foi marcado principalmente pelo fim do processo de monetização da economia, iniciado com o Plano Collor II, e pela substituição da Ministra Zélia Cardoso de Mello pelo Ministro Marcílio Marques Moreira, fato que gerou uma expectativa de adoção de uma política mais "soft".

Analisando-se o comportamento de cada agregado monetário individualmente, em maio, a base monetária (BM), no encerramento do mês, mostrou incremento de 11% na evolução ponta a ponta (último dia do mês comparado com o primeiro). Ao longo de 12 meses, porém, verificou-se acentuada queda real no seu estoque, mostrando o efeito da política monetária austera praticada no primeiro ano do Governo Collor.

Por fim, vale observar que a liquidez global da economia permaneceu estável nesse trimestre, considerando-se a relação M4/PIB, que não mostrou alteração significativa, mantendo-se no patamar dos 12%, como vem ocorrendo desde maio do ano passado.

**EMPREGO E
SALÁRIO**

O segundo trimestre de 1991 começou traumatizado com o impacto da política econômica implementada a partir de 1990, que resultou numa queda de 6,87% do Produto Interno Bruto do País no primeiro trimestre do corrente ano. Em março último, havia mais de um milhão de desempregados só na Grande São Paulo, e os salários representavam apenas 55,9% do seu valor em 1985.

O clima de pessimismo que aumentava entre os agentes econômicos começou a ser revertido no mês de maio, com a substituição da Ministra Zélia e de sua equipe por um ministério "soft" e com os sinais de recuperação nos níveis de produção, vendas, emprego e salário. De fato, a produção industrial cresceu 13,4% de março para abril, e a pesquisa da FIESP indicava, no início de maio, o primeiro resultado positivo no nível de emprego de 1991.

Na realidade, porém, os níveis de produção e emprego encontram-se em patamares muito baixos. Em virtude de a

base de comparação — 1990 ou primeiro trimestre de 1991 — estar em níveis ainda inferiores, pode-se superestimar os indicadores e sugerir aquecimento, quando existe apenas banho-maria. Por outro lado, a política de arrocho salarial, em nome do combate à inflação, que alcançou 9,78% em junho (IPC-FIPE) e pode chegar, segundo algumas previsões, a 20% em setembro, impõe aos trabalhadores que sobrevivam com a metade do poder aquisitivo que tinham em 1985.

A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) realizada na Grande São Paulo mostrou uma taxa de desemprego total (aberto mais oculto) de 13,3% em maio, mostrando-se estável em relação a abril, que registrou uma taxa de 13,1%

INDÚSTRIA

No primeiro quadrimestre do ano, a produção industrial brasileira passou por duas fases distintas: o auge da recessão nos primeiros dois meses e o início de um movimento de recuperação no bimestre seguinte.

A recessão, iniciada com o primeiro Plano Collor e aprofundada no segundo semestre de 1990, atingiu seu pico no mês de fevereiro de 1991. A partir de março, a produção industrial começou a reagir, ainda com certa timidez, modificando seu comportamento em relação ao declínio do primeiro bimestre.

Quase todos os gêneros industriais tiveram um melhor desempenho em abril, quando comparados a março. A exceção ficou com o gênero material de transporte, que registrou queda devido às greves ocorridas na indústria automobilística, em São Paulo. Os mais expressivos aumentos de produção ficaram por conta do setor petroquímico, que atingiu seu nível mais baixo em março, mas recuperou-se em abril, crescendo 75%, e do setor metalúrgico, que cresceu 16,22%. Também tiveram boa "performance" os gêneros material elétrico e de comunicações; papel e papelão; borracha; e fumo. Grande parte do bom desempenho do gênero papel e papelão é reflexo do aumento da demanda por embalagens.

AGRICULTURA

O ano de 1991 fatalmente será identificado como negativo para a agricultura brasileira em termos de produção e de abastecimento, uma vez que a estiagem verificada no sul do País e a redução da área de plantio no centro-oeste indicam uma perda significativa da produção brasileira de soja, da ordem de aproximadamente 5,5 milhões de toneladas. Ainda que o bom desempenho de algumas lavouras a nível de certas regiões tenha compensado o mau desempenho em outras, o resultado global da safra brasileira de verão tenderá a

apresentar uma perda aproximada de 670 mil toneladas, ou de 1,32% em relação a 1990, com base nas informações processadas até abril de 1991. Se for considerado que a colheita de 50,6 milhões de toneladas de 1990 foi um retrocesso comparada com a produção de 64 milhões de 1989, adquire maiores proporções a queda da safra de verão para 49,9 milhões de toneladas em 1991.

Volume XIX - Número 3 - Novembro/1991

**POLÍTICA
MONETÁRIA**

As expectativas para o penúltimo trimestre do ano eram de um possível descontrole da liquidez, causado principalmente pela liberação dos cruzados e por um possível surgimento de desequilíbrio do caixa do Tesouro Nacional, devido à queda da receita pela recessão, que se aprofundaria, e à elevação das despesas, sobretudo em função do reajuste dos salários dos funcionários públicos. Entretanto o Governo demonstrou guardar, ainda, algum fôlego para evitar a realização dessas.

Antecipado em um mês (a previsão era setembro), o desbloqueio dos cruzados obrigou o Governo a criar certas condições para que o seu retorno à economia não a tornasse muito líquida, pois os aproximadamente Cr\$ 620 bilhões que foram liberados em agosto – em parcelas de Cr\$ 200 mil e por titular de conta em cruzados novos – representavam o equivalente a cerca de 25% da base monetária.

Com todas essas alterações no mercado financeiro, que visavam restringir o volume de moeda na economia, a TR tornou-se um dos focos de atenção do Governo, pois, em junho, julho e agosto, ela ficou abaixo da inflação, fazendo com que os ativos financeiros a ela indexados – poupança, FAF e, mais recentemente, os DER – tivessem rendimento real negativo.

Essa distorção, se fosse mantida, poderia dificultar o direcionamento dos cruzados mensalmente desbloqueados para o mercado financeiro, comprometeria o espaço que o Governo precisa para financiar seus títulos junto ao mercado e tendia a provocar, no curto prazo, uma migração de boa parte dos recursos aplicados em ativos financeiros para o consumo e ativos de riscos, o que seria pernicioso ao processo de estabilização da economia.

**POLÍTICA
FISCAL**

Os sucessivos "déficits" operacionais do setor público ao longo dos anos evidenciam uma profunda crise fiscal do País. O Estado, excessivamente endividado, imerso no "déficit" e

com sua poupança negativa ("despoupança"), perdeu o crédito e, portanto, não tem mais condições de garantir a moeda nacional, tornou-se incapaz de gerar poupanças e, por isso, está impossibilitado de promover a retomada do desenvolvimento do País.

O caixa do Tesouro, que vinha mantendo mensalmente, ao longo do ano, um saldo positivo abaixo dos Cr\$ 10 bilhões (em julho foi de Cr\$ 9,7 bilhões), obteve em agosto um "superávit" de Cr\$ 116,4 bilhões. Esse substancial resultado positivo faz parte do objetivo do Governo de buscar saldos mensais em torno de Cr\$ 100 bilhões, para chegar ao fim do ano com um "superávit" anual por volta de Cr\$ 500 bilhões. A mudança de patamar do "superávit" faz parte da política econômica do Governo de aperto geral para reduzir o volume de dinheiro em circulação e auxiliar, assim, o controle da inflação.

Apesar do esforço que o Governo pretende continuar a fazer para conseguir "superávits" tão elevados quanto o obtido no mês de agosto, não há certeza de que possa chegar ao fim do ano com a execução orçamentária equilibrada. As perspectivas para o último trimestre do ano não são nada otimistas, pois a inflação tende a se elevar, podendo ultrapassar, até dezembro, os 20% ao mês, e o nível de atividade da economia deve permanecer desaquecido.

AGRICULTURA

A agricultura brasileira fechou a década de 80 com um crescimento médio de 3,9% ao ano da produção das cinco principais lavouras de grãos, passando de 50,0 milhões de toneladas em 1980 para 69,6 milhões de toneladas em 1989. Porém, nos dois primeiros anos da década de 90, houve uma queda de quase 24% em relação à produção de 1989, atingindo, neste ano de 1991, uma produção em torno de 53,0 milhões de toneladas para as mesmas lavouras consideradas.

As safras colhidas no Governo Collor, ou seja, após a adoção de uma política de menor intervenção do Estado no setor agrícola, resultaram em: alta dos preços dos alimentos, importações e, por fim, dois planos agrícolas no mesmo ano; o que significa o retorno da interferência governamental na produção e na comercialização agrícolas. Os preços agrícolas, em 1990, medidos pelo Índice de Preços por Atacado – produtos agrícolas (IPA-produtos agrícolas), cresceram 2.166% e, entre janeiro e setembro de 1991, aumentaram 284%. Nos mesmos períodos, o Índice de Preços por Atacado – produtos industriais (IPA-produtos industriais) aumentou 1.274% e 172% respectivamente.

Certamente, o atual Governo não teve na produção agropecuária uma aliada no combate à inflação. O atual momento de "descongelamento" do Plano Collor II, a elevação da taxa de inflação se deve a uma maior influência dos produtos industriais do que dos produtos agrícolas.

INDÚSTRIA

O período de maio a agosto de 1991 continuou apresentando uma expansão no nível de atividade da indústria de São Paulo, conforme a FIESP. Após um primeiro bimestre de retração na produção, o Indicador de Nível de Atividade (INA), elaborado pela FIESP, apresentou, no mês de março, a maior elevação mensal do ano até aqui, com 16,96% de acréscimo em relação a fevereiro. Em abril, o aumento no INA foi de 5,39%. Nos meses de maio e junho, a atividade manteve-se praticamente estável, com aumentos de 0,5 e 0,9%, voltando a crescer 5,4% em julho. No mês de agosto, houve o menor crescimento do nível de atividade desde fevereiro, com 0,3%, sempre comparado ao do mês anterior.

Permeando as flutuações desse desempenho a partir de maio, tiveram diferentes ambientes econômicos. O mais favorável ao crescimento da produção deu-se no final do primeiro semestre, com expectativas positivas em relação ao aumento da demanda que a devolução dos cruzados novos poderia provocar. Também fez parte desse contexto o processo de descongelamento dos preços, que facilitava a produção por propiciar a superação dos conflitos existentes na cadeia produtiva. Os resultados obtidos entre maio e julho — primeiro, de relativa estabilidade com pequeno crescimento e, em julho, com significativa expansão da atividade industrial decorrente da formação de estoques — foram conseqüência dessa conjuntura.

EMPREGO E SALÁRIO

As expectativas de retomada da atividade econômica, com uma certa estabilização do nível de emprego e arrefecimento do arrocho salarial, foram para o "balaio das ilusões" neste terceiro trimestre de 1991. Sob a alegação de que era preciso evitar uma corrida ao consumo devido à devolução dos cruzados bloqueados, foi imposta uma política de juros reais elevados. Segundo setores do empresariado, esse fator levou a atividade industrial a crescer apenas 3,9% em agosto, contra 7,6% em julho e 10% em junho, conforme dados do Indicador de Atividades Industriais da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Em comparação com as de agosto de 1990, as vendas caíram 13,4% em agosto último. A queda nas vendas do comércio verificada a partir de meados desse mês levou a indústria paulista — a começar pelos

fabricantes de eletrodomésticos – à alternativa das férias coletivas em outubro, mês que tradicionalmente marca o auge da produção industrial, tendo em vista as compras de fim de ano. Isso pode ser o prenúncio de uma nova queda nas taxas de emprego.

Nesse quadro de crise dupla – política e econômica –, os salários e o emprego encontram-se diante de perspectivas sombrias: sem uma política salarial que proteja os assalariados de uma inflação crescente e com o risco de ocorrer nova desestabilização no nível do emprego. No que se refere aos salários, de abril a agosto deste ano, vigorou uma legislação salarial caracterizada por abonos – um fixo e um móvel vinculado à variação de uma cesta básica. O emprego manteve uma certa estabilidade no último trimestre. Segundo os dados da pesquisa da FIESP sobre o nível de emprego na indústria paulista, setembro marcou o quinto mês consecutivo de crescimento. A variação positiva ocorrida em agosto foi muito pequena (0,07%), o que chegou a levantar prognósticos pessimistas para setembro, que, apesar de ter apresentado um resultado negativo na última semana, acabou com o índice positivo de 0,28%.

Volume XIX - Número 4 - Janeiro/1992

DESEMPENHO DA ECONOMIA

Apesar do quadro recessivo, pode-se dizer que a economia brasileira registra uma pequena recuperação em sua atividade econômica, em 1991. Tais observações apóiam-se em projeções preliminares do IBGE, as quais se fundamentam em informações disponíveis até o terceiro trimestre do ano, que apontam um crescimento em torno de 1%, o que reflete, preponderantemente, o desempenho positivo dos setores agropecuários (2,5%) e serviços (2,1%).

No entanto deve-se ressaltar que tais resultados não são suficientes para recuperar o patamar alcançado em 1989, mostrando-se 3,2% inferior ao daquele ano, com relação ao PIB global. Salienta-se ainda que, em termos setoriais, o produto da agropecuária brasileira se apresenta 1,3% aquém do verificado em 1989, mas é a indústria que acusa a maior perda, -8,1%. Sob tais condições, a renda "per capita" real registrou uma queda de 1,2% em 1991.

Por sua vez, os indicadores sobre a economia gaúcha disponíveis estão apontando uma "performance" bem mais modesta do que a projetada a nível nacional para 1991. As estimativas preliminares, indicam uma retração de 2,8% no produto do RS em 1991, configurando o segundo ano consecutivo de decréscimo na atividade econômica estadual.

Convém salientar, neste ponto, que há dois fatores básicos para explicar a diferença de desempenho entre a economia gaúcha e a brasileira. O primeiro deles pode ser atribuído à péssima "performance" da agropecuária no RS, a qual registrou uma queda de 21,2%, resultante da frustração da safra de verão, em contrapartida a um incremento de 2,5% a nível nacional. O segundo fator a ser levado em conta refere-se ao diferenciado comportamento da produção da indústria de transformação no Brasil e no Rio Grande do Sul, em 1991. Com os dados disponíveis até agosto, observa-se que ambas registram desempenhos negativos, mas diferenciando-se na intensidade da retração: no Estado, -5,3% e, no País, -0,5%. No setor serviços, por sua vez, ocorreu um incremento de 2,2%, o que, dado seu peso na estrutura regional, atenuou o desempenho da economia como um todo. Porém as condições mais amplas de recessão, desemprego, achatamento salarial e a queda geral no nível das atividades econômicas impediram um comportamento mais positivo em vários de seus subsetores. Dessa forma, o PIB do Rio Grande do Sul atingiu um valor de Cr\$ 8,9 trilhões em 1991, o equivalente a US\$ 31,9 bilhões. Tal montante representa cerca de 7% do PIB brasileiro.

POLÍTICA MONETÁRIA

Em 31 de janeiro de 1991, quando a inflação ultrapassava os 20% mensais, o Governo anunciou o Plano Collor II, que incluía, além de um congelamento de preços e salários, a desindexação da economia e uma reforma financeira para incentivar os investimentos a longo prazo.

Os dois primeiros meses seguintes após a decretação do Plano — fevereiro e março —, considerando a média dos saldos diários, mostraram um razoável descontrolo da base monetária (BM) e dos meios de pagamento (M1).

No segundo semestre do ano, o Governo passou a trabalhar com uma política monetária baseada fundamentalmente na prática de taxas de juros elevadas, com a finalidade de restringir o volume de moeda na economia. Diante dessa opção, a TR tornou-se um dos focos de atenção do Governo, pois, em junho, julho e agosto, ela ficou abaixo da inflação, fazendo com que os ativos financeiros a ela indexados — poupança, FAF e o então recém-criado Depósito Especial Remunerado (DER) — tivessem rendimentos reais negativos.

A elevação da inflação e a estratégia adotada pelo Governo para contê-la aumentando bruscamente a taxa de juros, levaram a uma reversão do quadro de recuperação do nível de atividade presente no primeiro semestre. A alta dos juros

aumentou também o custo de manutenção de estoques pelas indústrias, contribuindo para inibir uma maior produção e também as vendas a crédito no comércio.

No final de setembro, o Banco Central promoveu uma mididesvalorização do cruzeiro de 16,2%, com efeitos instabilizadores sobre os preços e o mercado financeiro.

O ritmo de alta da inflação foi freado no final do ano, mas continua significativamente elevado, permanecendo, na economia, um componente delicado de instabilidade.

POLÍTICA FISCAL

A eliminação do "déficit" público tornou-se o lugar-comum repetidamente apontado como condição de ajuste e de retomada do equilíbrio dinâmico da economia. As evidências de perdas de receitas da União passaram a constituir mais um fator agravante no desequilíbrio financeiro do setor público, principalmente no segundo semestre de 1991.

As alterações substanciais na política fiscal e no padrão de gastos públicos nortearam os resultados positivos obtidos em 1990, um "superávit" operacional (que desconta os efeitos das correções monetária e cambial) de 1,2% do PIB e um "superávit" primário (que desconta, além das variações monetária e cambial, os encargos das dívidas interna e externa) de 4,5% do PIB. A reversão das previsões positivas desses indicadores para 1991, que apontam um "déficit" operacional de 2,4% do PIB, tornam marginais os efeitos da política fiscal como instrumento de controle macroeconômico.

Esse deliberado ajustamento recessivo produziu resultados desastrosos tanto para a economia como para as finanças públicas, porque as tentativas de cobrir o "déficit" com aumento da carga fiscal se frustraram.

Com a troca da equipe econômica em maio de 1991, o Governo optou pelo "não-plano" econômico, silencioso e burocrático. A questão fiscal é peça-chave na política econômica ortodoxa, centrada na taxa de juros alta e na reforma fiscal de emergência (outras medidas, como liberar os preços, privatizar as estatais e abertura externa, completam o plano).

A condução da política fiscal não logrou constituir um *instrumento de estabilização econômica* em 1991, principalmente no segundo semestre, pois não alterou as distorções da base fiscal, não eliminou a fragilidade das equações fiscais para obtenção do "superávit" fiscal e não definiu, de forma rigorosa, as metas de gasto público, etc. Por si só, os "superávits", mês a mês, não são desprezíveis, mas têm propiciado um impacto marginal na política monetária.

**EMPREGO E
SALÁRIO**

O ano de 1991 transcorreu sob o signo do arrocho salarial e do desemprego. Já em janeiro, a pesquisa da FIESP sobre o nível de emprego na indústria paulista registrou um recorde, com um saldo de 68.772 demissões. Os salários na Grande São Paulo atingiram, segundo a Fundação SEADE, o seu pior nível desde 1985, representando 59,1% dos valores daquele ano. A política econômica recessiva, causadora dessas quedas nos níveis de emprego e salário, não teve êxito em seu propósito central: o combate à inflação, que chegava à faixa dos 20% em janeiro, renovando o temor da hiperinflação nos agentes econômicos. Nesse contexto, surge mais um milagroso plano de estabilização econômica, com o já tradicional congelamento de preços e salários. Desta vez, o alto grau de desconfiança da sociedade ante o choque é demonstrado por uma pesquisa do DataFolha, logo após o anúncio das medidas.

Ao lado de uma crise política, o ano de 1991 pautou-se pelo agravamento da crise econômica: a elevação generalizada dos preços após o período do congelamento, a política de juros elevados, a expectativa de liberação dos cruzados bloqueados, o temor de um novo congelamento de preços e a desvalorização do cruzeiro levaram a um considerável incremento do processo inflacionário. Em outubro, o IPC-FIPE já alcançava 25,17%, o dobro registrado no mês de julho (11,30%), enquanto o clima de pessimismo se espalhava pela sociedade. Entre janeiro e outubro de 1991, as falências e concordatas requeridas cresceram 112% e 289%, respectivamente sobre igual período do ano anterior (FSP, 17.11.91, p.1-2). O agravamento desse quadro poderá ter sérias conseqüências na produção e no emprego e acarretar um ônus social de grandes proporções.

Esse quadro de recessão e inflação certamente vai agravar ainda mais a concentração de renda no Brasil, que vem aumentando ao longo da década de 80, especialmente a partir de 1986. Os 20% mais pobres, que detinham 2,7% da renda nacional em 1981, baixaram para 2% em 1989, o que representa uma queda de 25,9%. Por outro lado, a participação dos salários na renda nacional é estimada entre 30% e 33%, enquanto, no início da década de 80, estava em torno de 50% (DCI, 22.11.91, p.7). O alto grau de concentração de renda, aliado à baixa participação dos salários na renda nacional é um fator limitador da expansão do mercado interno, comprometendo a própria estabilização da economia.

O cenário em que vivemos já configura, segundo alguns economistas, uma situação de hiperinflação: desconfiança generalizada na moeda, produção caindo, demissões

aumentando, retração no comércio, queda do poder aquisitivo, ciranda financeira e escalada de preços.

AGRICULTURA

Nos dois primeiros anos da década de 90, a produção de grãos reduziu-se de 70,0 milhões de toneladas obtidas no último ano da década de 80 para um volume em torno de 58,0 milhões de toneladas. O volume de produção alcançado em 1990 e 1991 praticamente o mesmo de 1985.

A agricultura, que ao final da década passada dava mostras de estar assimilando os cortes no volume de crédito e a cobrança de correção monetária plena nos financiamentos, respondendo com acréscimos de produtividade e de produção, parece ter recuado no tempo.

Esse quadro de contração da produção agrícola, via redução de área, foi completado com a ocorrência de uma forte estiagem no Rio Grande do Sul, durante o verão 1990/91, que determinou a quebra de cerca de 60% da safra de soja e de 55% da safra de milho, deixando de ser colhidas aproximadamente 5,7 milhões de toneladas nessas duas lavouras do Estado.

A redução da produção agrícola a nível nacional resultou em que o estoque de grãos das principais lavouras de verão, em poder do Governo Federal no início de cada ano, passasse de 9,1 milhões de toneladas no início de 1990 para 4,3 milhões no início de 1991 e em que, provavelmente, alcance 3,6 milhões no início de 1992.

INDÚSTRIA

Neste ano, a indústria brasileira apresentou um desempenho similar ao de 1990, mantendo-se em um patamar reduzido de produção. A prioridade governamental esteve novamente no controle das taxas inflacionárias. Entretanto, apesar dos efeitos corrosivos da política adotada sobre o poder de compra dos assalariados, sobre o nível do emprego e sobre a atividade produtiva, a inflação não foi controlada.

Na esfera da produção, o ano de 1991 começou com a continuidade da recessão iniciada em outubro de 1990 e que se agravou a partir de dezembro. A partir do mês de abril, a produção industrial iniciou um movimento de recuperação que mudou o patamar do nível de atividade na indústria.

Essa recuperação, em virtude das características de suas causas, refletiu-se basicamente no setor de bens de consumo. Gêneros como produtos alimentares, têxtil, farmacêuticos e papel e papelão tiveram expressivo crescimento. Também a produção de veículos começou a crescer e atingiu, em julho, seu ponto máximo de 1991. A produção de automóveis teve, neste ano, uma recuperação em relação a 1990 devendo ultrapassar a casa de um milhão de unidades produzidas.

A partir do mês de agosto, ocorreram novas quedas no nível de atividade industrial em uma situação muito semelhante àquela do final de 1990.

Volume XX - Número 1 - Maio/1992

**POLÍTICA
MONETÁRIA**

A estratégia de manutenção de altas taxas de juros e reduzido nível de atividade que vem centrando a política econômica de combate à inflação encontra-se numa fase de questionamento, pois resultou num acúmulo de reservas internacionais, no crescimento da dívida interna e na queda de arrecadação tributária. Atualmente, a política econômica defronta-se com a realidade da permanência de um patamar inflacionário de 20% ao mês, sem uma efetiva perspectiva de queda, e, ao mesmo tempo, com uma forte trajetória recessiva.

A política monetária da gestão do Ministro Marcílio Marques Moreira tem sido pautada, principalmente, por uma política de juros elevados e por um severo controle dos agregados monetários. Em todo o ano de 1991, a emissão primária de moeda mostrou crescimento nominal de 297,7% pela média dos saldos diários, enquanto o M1, pelo mesmo critério, encerrou o ano apresentando uma variação anual de 331,7%. Em ambos os casos, as variações foram bem menores que as registradas em 1990, quando a base monetária (BM) e o M1 cresceram nominalmente no acumulado do ano, 2.538,8% e 2.621,2% respectivamente.

A forte queda desses dois agregados monetários em 1991 demonstra a preocupação do Governo em manter contracionista a oferta de moeda na economia; como parte de uma política monetária que vise à estabilização dos preços.

AGRICULTURA

A safra de verão que os agricultores estão colhendo nos últimos meses está sendo estimada em 56,6 milhões de toneladas para a região Centro-Sul, conforme a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), significando o retorno da produção agrícola aos níveis alcançados nos últimos anos da década de 80.

As análises acerca do "sucesso" da atual safra têm em comum o peso dado às alterações na política agrícola, no sentido de reverter a tendência de queda na produção, ocorrida nos anos de 1990 e 1991. Tais alterações foram saudadas pelo setor agrícola e expressam o retorno da intervenção governamental nos mercados agrícolas, ainda que o Presidente da República e o Ministro da Agricultura tenham

afirmado, no primeiro ano de governo, a intenção de reduzir a presença estatal no financiamento e na comercialização da produção agropecuária. Acreditamos, todavia, que as principais responsáveis pelo volume de produção da atual safra são as excelentes condições climáticas.

No Rio Grande do Sul, espera-se um incremento de 33% no faturamento dos principais grãos — arroz, milho, feijão e soja. Em valores absolutos, estima-se um faturamento de US\$ 2,126 bilhões, superior em US\$ 531 milhões ao do ano de 1991.

Acredita-se que a retomada da produção agrícola neste ano terá efeitos multiplicadores, especialmente na economia gaúcha, onde o chamado "complexo agroindustrial" representa 27% da produção industrial. Já se noticia o crescimento nas vendas de caminhões, ligadas ao escoamento da safra, e uma reativação das vendas de tratores agrícolas nos últimos três meses.

INDÚSTRIA

O aparente sucesso da política econômica recessiva implementada pelo Governo Collor tem tomado bastante espaço nos meios de comunicação em geral e tem dividido — como de costume — a opinião dos economistas, alguns apoiando a noção de estabilidade-confiança, que tem mantido a inflação em patamares pré-explosivos, mesmo às custas de uma brutal recessão, e outros cobrando um custo social menor num país que não dispõe de estrutura institucional para suportar um nível de desemprego tão alto.

Com efeito, diante desse quadro, de arrocho salarial e de um sistema de indexação seletivo, no qual somente alguns setores têm direito de se proteger plenamente de uma inflação acima dos 20% ao mês, é difícil considerar exitosa uma política que tem como maior mérito evitar a hiperinflação.

A produção industrial brasileira, que começou o ano com níveis muito baixos de atividade e mostrou uma recuperação ao longo do segundo trimestre, chegou a dezembro com um desempenho anual negativo (-0,55%). Esse resultado torna-se mais grave quando é avaliado junto ao do ano anterior (-9,48%), acumulando uma redução de 9,98% na produção industrial, ao longo dos dois primeiros anos do Governo Collor.

Quanto ao desempenho das categorias de uso, chama atenção a queda da produção de bens de capital (-9,99%), não tanto por ser uma taxa negativa, o que é normal em períodos como o atual, mas pelo fato de se sobrepor a uma taxa de -15,27% em 1990.

Por sua vez, destaca-se positivamente a categoria de bens de consumo duráveis, com expansão da produção de 4,70%.

Através da decomposição dessa taxa, é possível observar como a recessão se abate diferenciadamente sobre os rendimentos e sobre a estrutura de consumo das várias classes de consumidores, pois os automóveis, destinados a atender à demanda de maior poder aquisitivo, tiveram expansão de 8,40%, enquanto os eletrodomésticos em geral terminaram o ano de 1991 com taxas negativas ou próximas de zero; ou seja, esse é um indicador de um provável rearranjo de participações relativas na renda nacional, o que favorece as camadas mais privilegiadas, mesmo — ou especialmente — durante a recessão.

A indústria de transformação do Rio Grande do Sul encerrou o ano de 1991 com uma queda de 4,6% na produção, resultado muito ruim, tanto mais quando se leva em conta que o ano anterior, tomado como base de comparação, também foi de baixos níveis de produção. A queda acumulada nos dois anos do Governo Collor foi de 15,24%.

EMPREGO E SALÁRIO

Ingressamos em 1992 mais pobres e com mais concentração de renda. Segundo a Fundação SEADE, na Grande São Paulo, os 10% mais ricos da população, que, em 1989, detinham 43,8% da renda, passaram, em 1991, a se apropriar de 44,1%. Já o rendimento médio real dos trabalhadores ocupados no Brasil, conforme dados do IBGE, passou do índice de 105,5 em 1989 para 97,3 em 1990 e daí para 80,75 em 1991.

No início de janeiro de 1992, a FIESP divuigou uma previsão sobre o nível de emprego na indústria paulista para o primeiro trimestre do presente ano: seriam cortados 60.000 postos de trabalho no período. Apesar do impacto causado, a estimativa não era das mais pessimistas, na medida em que, no mesmo período do ano passado, o saldo de demissões ultrapassou 158.000.

De fato, a situação só não esteve pior neste primeiro trimestre porque muitas empresas, ao invés de demitir, optaram pelas férias coletivas, licenças remuneradas e redução de jornada de trabalho.

A partir de fevereiro, o Governo começa a falar em queda da inflação. É certo que foi momentaneamente estancada a aceleração inflacionária que beirou o descontrole em outubro de 1991. Nesse momento, a profunda recessão da economia, a queda da massa real de salários e a entrada no mercado de uma safra agrícola bastante boa são forças muito poderosas agindo contra o aumento de preços, se bem que os setores oligopolistas ou monopolistas, sejam privados, sejam controlados pelo Governo, não estão sendo afetados pela

queda das vendas e mantêm seus reajustes acima de 30% ao mês. O que se pode afirmar hoje é que a inflação está oscilando na casa dos 20% e, aparentemente, sem fôlego para explodir, mas também sem um indicativo seguro de que possa cair para um dígito no segundo semestre deste ano, como quer o Ministro Marcílio Marques Moreira.

GOVERNO

A autonomia do Governo Estadual, na condução da gestão financeira, encontra limitações. Uma política monetária restritiva por parte do Governo Federal, com juros em patamares elevados, aliada a um rígido controle, pelo Banco Central, dos bancos estaduais, torna o Tesouro Estadual frágil. Age também nesse sentido o porte da dívida pública gaúcha, que está diretamente vinculada à política monetária federal, de forma que qualquer modificação nesta implica alterar, para mais ou para menos, o serviço daquela.

O principal componente do bolo tributário gaúcho — o ICMS — teve, em 1991, uma expressiva retração real de 12,90%, na comparação com 1990. A causa primária para esse decréscimo tem como origem, sem dúvida alguma, a retração que a base produtiva do País vem sofrendo em decorrência da política de ajuste do setor público federal. Além disso, os demais componentes da receita também apresentaram queda, pois a Receita Total de 1991, na comparação com 1990, regrediu 18,61%. A Despesa Total em 1991 caiu 18,44% em relação a 1990, tendo sido influenciada, principalmente, pela queda das despesas de pessoal e dos investimentos. As despesas com pagamento dos servidores ativos caiu no período cerca de 23% em relação ao ano anterior, situando-se em um patamar pouco superior ao de 1988, ano em que as despesas de pessoal apresentaram seu menor nível real na década. Isso denota uma estratégia semelhante à utilizada no Governo anterior, em 1987-88: o ajuste das despesas é feito primordialmente através das despesas de pessoal.

Volume XX - Número 2 - Agosto/1992

POLÍTICA MONETÁRIA

O governo manteve a política de taxas de juros reais elevadas, continuou contraindo os seus dispêndios, enquanto as receitas fiscais, devido à recessão econômica, não registraram desempenho favorável. No entanto não existem perspectivas, no curto prazo, de que um ajuste fiscal reverta esse quadro.

Apesar das dúvidas sobre o seu fôlego, a política monetária restritiva parece ser o único instrumento que o Governo possui

no momento para manter um relativo controle sobre a inflação — que tem oscilado entre taxas de 20 a 22% ao mês — até que ocorra um ajuste fiscal que permita o seu abrandamento. A recessão decorrente desse tipo de política tem imposto elevados custos à sociedade brasileira.

No mercado financeiro, a política de taxas de juros reais elevadas, considerando o primeiro semestre de 1992, premiou os aplicadores conservadores. As aplicações em taxas de juros (CDB e poupança) superaram a política monetária com vantagem o rendimento do mercado acionário, que perdeu toda a valorização obtida no ano em apenas um mês (junho). De janeiro a junho, o rendimento dos Certificados de Depósito Bancário superou em 19,72% a inflação acumulada no mesmo período, enquanto a caderneta de poupança teve um rendimento real de 3,5%. Na Bolsa de Valores de São Paulo, o Índice BOVESPA acumulou um ganho real de 10%, e o IBV da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, de quase 3%.

POLÍTICA FISCAL

O resultado da Execução Financeira do Tesouro Nacional registrou um superávit de Cr\$ 1,2 trilhão em junho de 1992, constituindo-se no mais expressivo resultado alcançado neste ano. No acumulado do primeiro semestre de 1992, o resultado de caixa apresentou um superávit de Cr\$ 1,7 trilhão.

No entanto esse montante ainda não revela uma recuperação das receitas do Governo. O total das receitas obteve um declínio real de 10,75% no primeiro semestre de 1992 em comparação com igual período do ano anterior. A arrecadação tributária registrou uma queda real de 10,93% de janeiro a maio de 1992, comparada com o mesmo período de 1991.

Esse comportamento dos tributos deveu-se a diversos fatores, dentre eles o próprio processo de declínio das atividades econômicas no País, que reduziu a arrecadação dos principais impostos a cargo da União. O Imposto de Renda declinou 13,19%, em termos reais, de janeiro a maio de 1992 em relação a igual período do ano anterior.

AGRICULTURA

O considerável excedente da safra de verão 1991/92, que significou uma queda nos preços agrícolas, obrigou o Governo a editar medidas para contra-arrastar esse movimento, uma vez que o setor agrícola, tanto no Brasil como na grande maioria dos países do resto do Mundo, requer uma política específica em função das particularidades que apresenta.

Passada a euforia inicial pela chamada "supersafra", o Governo viu-se na contingência de administrar um novo conflito, onde ele estava diretamente envolvido. Isto porque a oferta da

safrade verão sobrepujou em boa medida a demanda estimada, ocasionando, dessa forma, uma queda nos preços de mercado dos principais produtos agrícolas, que se situaram, com raras exceções, abaixo dos preços mínimos.

Dos principais grãos da lavoura de verão no Brasil (milho, soja, arroz e feijão), apenas a soja apresentou, ao longo de todo o segundo trimestre do ano, preços de mercado superiores aos mínimos.

Em suma, pode-se perceber que, em função das boas condições climáticas e de algumas medidas de política agrícola concretizadas no início do plantio, a safra 1991/92 dos principais grãos apresentou um excelente rendimento, consubstanciado num volume de produção superior à demanda prevista.

INDÚSTRIA

A cautela com que a maioria dos analistas recebeu os números positivos dos primeiros meses do ano mostrou, logo em maio, o acerto de sua interpretação. Com efeito, não foi grande o entusiasmo ao se tomar conhecimento de que o PIB industrial crescerá 4,47% no primeiro trimestre de 1992 frente a igual período do ano anterior, tampouco se comemorou o expressivo crescimento do Indicador do Nível de Atividade (INA) mensal da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) nos quatro primeiros meses do ano.

É certo que as empresas têm implementado programas de reorganização da produção que são poupadores de mão-de-obra, mas a disparidade não desprezível das variações da produção e do emprego industrial respalda o ceticismo antes mencionado. Para tornar mais clara a importância da diminuição do pessoal ocupado e o descompasso em relação ao aumento recente da produção, basta verificar que, nos últimos 12 meses, a indústria paulista eliminou 141.000 postos de trabalho e que a maior parte desse contingente, 102.000, foi dispensada no primeiro semestre de 1992, justamente quando se constatou o aumento da produção. Por outro lado, não há nenhum indicador de sustentação do crescimento verificado. Veja-se que as taxas de crescimento da produção de bens de capital ainda são significativamente negativas, contrastando com as das demais categorias de uso e demonstrando a falta de confiança das empresas.

De qualquer forma e independentemente da questão acima tratada, é inequívoca a afirmação de que as vendas externas foram responsáveis por boa parte do incremento da produção constatado em alguns setores.

A indústria de transformação do Rio Grande do Sul apresentou, nos primeiros meses do ano, um comportamento

semelhante ao da indústria de transformação do Brasil, uma vez que se verificam, até abril, indicadores de crescimento, mas também não se têm elementos suficientes para acreditar na sustentação desse movimento.

Volume XX - Número 3 - Novembro/1992

**POLÍTICA
MONETÁRIA**

No terceiro trimestre do ano, a sociedade brasileira conviveu com uma das maiores crises políticas da sua história moderna. Essa situação materializou-se na instalação da CPI que investigou a corrupção no Governo Collor e na posterior votação pelo Congresso Nacional do *impeachment* do Presidente da República.

Esse acontecimento dificultou e, em certos casos, inviabilizou a tomada de qualquer decisão por parte do Governo que alterasse os rumos das políticas monetária e fiscal. Assim, projetos importantes como a reforma fiscal foram protelados no Congresso.

A política econômica adotada pelo Governo nesse período foi a de concentrar esforços para que não ocorresse um descontrole inflacionário e para que se mantivesse a economia desaquecida.

Ao longo da crise política, foi importante a participação do Banco Central (BACEN) como autoridade monetária, intervindo tanto no *open market* quanto no mercado de divisas. No primeiro caso (mercado aberto), ele realizou vários leilões de títulos, sendo que, principalmente em setembro, mês do desfecho da crise, praticou grandes volumes de venda líquida, que auxiliaram na redução da liquidez e mantiveram a taxa de juros elevada. No mercado cambial, através de constantes intervenções, vendendo dólar, o Banco Central conseguiu o seu controle, evitando uma súbita e forte valorização.

**POLÍTICA
FISCAL**

As contas do Governo Federal, espelhadas através da Execução Financeira do Tesouro Nacional, registraram, no mês de setembro de 1992, um superávit de Cr\$ 2,17 trilhões. No acumulado de janeiro a setembro de 1992, o Tesouro Nacional apresentou um superávit de Cr\$ 7,02 trilhões. Esse resultado deveu-se muito mais a um decréscimo das despesas do que a um aumento das receitas, pois estas últimas tiveram um comportamento declinante no período, caindo 10,74% em termos reais, em comparação com o mesmo período do ano anterior. Esse comportamento é atribuído, sobretudo, à queda dos principais tributos a cargo da União, cujas causas se encontram no processo recessivo que assola o País, e ao aumento da sonegação fiscal.

AGRICULTURA

A política agrícola do Governo Collor tentou imprimir novos rumos à agricultura brasileira, restringindo recursos e criando medidas que objetivavam levar ao campo a modernização da economia brasileira intensivamente utilizada como bandeira desse Governo. Entretanto, ao longo dos 30 meses que durou o Governo Collor, essa proposição foi sendo revertida em função das restrições colocadas, basicamente, pela oferta agrícola reduzida e pela conjuntura política.

Ao fim do Governo Collor, a conjuntura econômica no âmbito da agricultura não é muito diferente da que vigia no início. A escassez de recursos para o financiamento da safra continua presente. O nó principal a ser desatado encontra-se na necessidade de contornar a escassez de recursos oficiais para atender à Política de Garantia de Preços Mínimos.

Os preços dos alimentos não satisfazem nem agricultores nem consumidores, e, apesar de a boa safra ter gerado um excedente de produtos da cesta básica, a perspectiva quanto à administração desses excedentes está colocando o Governo em xeque. Tudo vai depender do comportamento de vendedores e compradores desses excedentes de milho e arroz durante este final de entressafra e da decisão do Governo em relação ao vencimento dos EGF-COV. Por isso, o controle dos níveis de preços dos alimentos não se constitui em uma questão de fácil solução para novo Ministro da Agricultura.

A nova equipe de Governo terá que enfrentar fortes pressões do setor agrícola na área da alocação de recursos e da renegociação das dívidas do setor.

INDÚSTRIA

O fôlego demonstrado no início do ano foi curto e não conseguiu sustentar os números positivos de fevereiro, março e abril. Com efeito, as taxas de maio e junho já se apresentam negativas e, mais do que isso, com valores crescentes em módulo. A Indústria viveu seus melhores momentos no fechamento do primeiro trimestre do ano e, mesmo com uma base de comparação deprimida – o ano de 1991 –, acabou por revelar taxas negativas ou próximas disso a partir de abril. O caso da categoria bens de capital coloca-se como especial, pois, diante da prolongada recessão e da falta de expectativas favoráveis, ela vem registrando sucessivamente taxas negativas, e seus sinais de melhora restringem-se a valores menores em módulo. Já a categoria bens intermediários apresenta outra particularidade, sendo a única que conseguiu manter taxas positivas de crescimento, apesar de seguir o movimento geral de arrefecimento a partir de abril. Essa categoria tem mantido, ao longo dos últimos anos um comportamento que a distingue da média, sempre com

utilização mais intensa da capacidade instalada. Tal desempenho lhe confere um enorme poder de barganha quanto a reajustes de preços em períodos de expansão da economia e uma proteção quanto ao aumento dos custos fixos médios em épocas recessivas como a atual.

Quanto às categorias ligadas ao consumo, tal como poder-se-ia esperar numa situação de queda do poder de compra por arrocho salarial, há uma importante diminuição da produção, que se manifesta com maior intensidade na categoria bens de consumo duráveis, expressando mais diretamente o achatamento do padrão de consumo das camadas médias da população.

É evidente que, diante desse quadro, a saída tradicional de buscar o mercado externo tem sido cada vez mais incrementada, fazendo com que o valor exportado dos produtos manufaturados aumentasse em 16% nos primeiros sete meses do ano, com variações muito expressivas de alguns itens, como: suco de laranja (60%), automóveis (170%), veículos de carga (56%) e pneu (47%).

Ao contrário da indústria de transformação brasileira, que não sustentou o crescimento do primeiro trimestre do ano e chegou a junho acumulando uma taxa negativa de 3,21%, a indústria gaúcha, ainda que fazendo o mesmo movimento de queda a partir de março, terminou a primeira metade de 1992 com uma taxa positiva de 3,58%.

EMPREGO E SALÁRIO

O maior legado do Governo Collor, no rastro de sua política econômica recessiva, foi o expressivo corte nos postos de empregos e o incremento das taxas de desemprego. A queda no nível da atividade industrial levou muitas empresas à reorganização interna para reduzir os seus custos de produção, racionalizando os processos produtivos e administrativo. Ao diminuírem a quantidade de postos de trabalho, as empresas procuraram, no entanto, manter a mão-de-obra mais qualificada e produtiva, na busca de maior eficiência e produtividade. A consequência desse processo foi um significativo aumento de produtividade, principalmente nas empresas de grande porte.

Em abril do corrente ano, a taxa de desemprego total na Grande São Paulo, medida pela PED-SEADE, chegava a 15,5%, representando um recorde desde o início da pesquisa, em 1985; em maio, essa taxa foi ainda maior, chegando a 16,2%. Nos meses seguintes, esperava-se um declínio nas taxas de desemprego, devido ao caráter sazonal dessa variável, uma vez que as indústrias, já no final do primeiro semestre, se preparam para as vendas do final de ano. Essa expectativa

não se concretizou, e a taxa de desemprego total chegou a 16,1% em agosto, patamar excessivamente alto para essa época do ano.

A PED-FEE de junho mostrou que a taxa de desemprego total da RMPA (14,8%) é próxima da encontrada na Grande São Paulo em pesquisa similar. A taxa de desemprego oculto por trabalho precário também é significativamente elevada na RMPA, ficando, no período junho-agosto, em torno de 4,5%. Por outro lado, a queda da taxa de desemprego total, de 14,8% em junho para 14,0% em agosto, além do aspecto sazonal, é consequência do aumento do número de inativos.

Volume XX - Número 4 - Janeiro/1993

DESEMPENHO DA ECONOMIA

A estimativa preliminar da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser relativa ao PIB da economia gaúcha para o ano de 1992 aponta um resultado positivo de 6,0%. Tal desempenho, associado ao crescimento populacional de 1,3%, acarretou um incremento na renda real *per capita* de 4,7% no período 1991-92. O valor do PIB gaúcho para 1992 é estimado em Cr\$ 112,7 trilhões, o equivalente a US\$ 34,8 bilhões, sendo a renda *per capita* de US\$ 3.804.

A razão para essa expressiva *performance* deve ser creditada ao setor agropecuário, que apresentou um crescimento de 35,9%. Esse crescimento, allado a sua participação de 12,2% na economia, contribuiu com 4,3% para a taxa global. O bom desempenho desse setor foi motivado pela produção agrícola, que teve um incremento de 55,2%. Deve ser ressaltado, no entanto, que essa expansão é reflexo de uma base baixa de comparação, o ano de 1991, que experimentou uma queda de 30,1%.

O setor industrial, que responde por 29,4% do PIB, teve um desempenho estimado de -0,3%, contribuindo com -0,08% para a composição da taxa global. Dentre os subsetores que o compõem, somente a indústria da construção civil, que participa com um peso de 8%, apresentou resultado negativo de 11,0%. A indústria de transformação, que representa 85,0% do setor, teve uma expansão de 0,5%.

Já o setor serviços, com um peso de 58,4%, obteve um crescimento de 2,9%, com destaque para o subsetor transporte de carga e passageiros, que experimentou um acréscimo de 10,3%.

POLÍTICA MONETÁRIA

As perspectivas da economia brasileira para 1992 eram de um aprofundamento da recessão. Esse diagnóstico

baseava-se na análise da Carta de Intenções do Governo (ao final de 1991) ao Fundo Monetário Internacional (FMI), onde as expectativas embutidas nas metas trimestrais do déficit público e do crédito interno líquido permitiam deduzir, além de um forte controle sobre essas duas variáveis, que a taxa média da inflação deveria situar-se em torno de 10% a 12% mensais, numa queda gradativa, principalmente a partir do segundo semestre, quando a inflação cairia para um dígito e encerraria o mês de dezembro com uma taxa mensal de 2%.

O prognóstico da inflação não se concretizou, pois ela, mesmo com o forte desaquiecimento do nível de atividade, não baixou, oscilando entre 20% e 28% ao mês. Apesar de manter-se em patamar elevado, não houve descontrole dos preços. Isso foi possível devido, principalmente, à utilização de uma política monetária restritiva de controle da oferta da moeda, combinada com uma política de arrocho salarial que controlou a demanda agregada da economia.

De forma específica, a política monetária do Governo, em 1992, foi pautada principalmente por uma política de juros elevados e por um controle dos agregados monetários.

A evolução da base monetária (BM) e dos meios de pagamento (M1) retrata o esforço do Governo para controlar a liquidez da economia. Considerando-se o acumulado do ano até outubro, verifica-se que, enquanto a BM cresceu 473,6%, e o M1, 452,8%, a inflação medida pelo IPC-FIPE chegou a 722,2%.

As operações do setor externo (compra de divisas) foram influenciadas pelo aumento das reservas internacionais, o qual proporcionou que o País, segundo o BACEN, atingisse em setembro (último dado disponível até a elaboração deste texto) uma posição pelo saldo de caixa de US\$ 17,6 milhões e de US\$ 21,9 milhões pelo conceito de liquidez internacional adotado pelo FMI.

POLÍTICA FISCAL

Durante o ano de 1992, a condução da política fiscal privilegiou mais a contenção de dispêndios do que o aumento de receitas. O Governo caracterizou-se por manter uma política econômica recessiva, baseada em taxas de juros reais elevadas, que se refletiram nas contas públicas.

Além do declínio das atividades econômicas, que prejudicou a arrecadação tributária, o Governo sofreu uma série de contestações judiciais referentes à cobrança de seus tributos, além de um aumento da sonegação. Todos esses fatores levaram a uma estimativa de carga tributária bruta declinante em relação a 1991.

O Governo esperava para o segundo semestre de 1992 a aprovação de um ajuste fiscal que solucionasse o seu problema de recursos. Todavia essa solução foi mais uma vez adiada, o que comprometeu o desempenho das finanças federais neste ano. A arrecadação tributária apresentou queda real de 5,71% no período de janeiro a outubro de 1992 em relação a idêntico período de 1991, decorrente da queda das atividades econômicas, do aumento da sonegação e de contestações judiciais. Uma das principais quedas de arrecadação ocorreu com o FINSOCIAL, que registrou um declínio real de 39,26% de janeiro a outubro de 1992 em comparação com idêntico período do ano anterior.

Com relação ao Imposto de Renda, houve um declínio real de 6,11% no período. Dentre os fatores que influenciaram sua queda, encontra-se a compensação do imposto a pagar a maior em 1991 (Lei 8.200/91). Quanto ao recolhimento do Imposto sobre Produtos Industrializados, houve um leve declínio real de 1,71% no período, evidenciando a queda das atividades industriais. Esse decréscimo não foi mais acentuado devido ao expressivo aumento da arrecadação do IPI sobre automóveis (47,51%).

Pelo lado das despesas, também ocorreram reduções. Os gastos com pessoal tiveram uma queda de 9,98% de janeiro a novembro em relação ao mesmo período de 1991, refletindo, ainda, a contenção salarial ocorrida durante o ano. O estoque da dívida mobiliária federal em poder do público passou de 4,2% do PIB em janeiro de 1992 para 9,1% do PIB em outubro de 1992.

As finanças públicas estaduais em 1991 foram administradas através de uma política que pode ser caracterizada como de ajuste ortodoxo, buscando, através de um forte aperto das despesas operacionais, contrabalançar a queda das receitas, decorrente da retração das atividades produtivas da economia brasileira, e o aumento das despesas com o serviço da dívida pública.

AGRICULTURA

No terceiro ano-safra da gestão Collor (1991/92), os dois fracos resultados dos dois períodos imediatamente anteriores, associados à conjuntura político-econômica, levaram a uma inversão da política agrícola até então assumida, no que diz respeito à liberação de recursos. A decisão de voltar atrás quanto à restrição de recursos para o financiamento do custeio da safra 1991/92 adotada em julho de 1991, liberando recursos adicionais em outubro do mesmo ano, e, mais uma vez, a ocorrência de condições climáticas favoráveis

determinaram uma produção agrícola que superou as expectativas do período de plantio.

No Rio Grande do Sul, a produção das cinco principais lavouras de grãos (16,7 milhões de toneladas), dependendo ainda dos dados finais da safra de inverno, deve ultrapassar o volume recorde alcançado em 1989 (15,2 milhões de toneladas). Entretanto, em nível nacional, o volume total produzido deve ficar em torno de 65,5 milhões de toneladas, aquém da produção, também recorde, obtida em 1989 — 69,6 milhões de toneladas.

A conjuntura do segundo trimestre de 1992, em função da expectativa de uma colheita recorde de grãos, tanto no Rio Grande do Sul como no Brasil, foi marcada pela queda de preços a nível de produtor. Em decorrência, pressões do setor agrícola levaram o Governo a definir recursos e normas de comercialização que permitissem a recuperação dos preços.

INDÚSTRIA

A produção da indústria de transformação mostrou-se crescente no início do ano, mas não teve fôlego para levar tal crescimento para além do segundo trimestre. Em realidade, dada a profundidade da crise vivida pelo País, em que transparece a ausência de um projeto nacional de médio e/ou longo prazo, torna-se claro que somente uma negociação ampla na esfera política pode redirecionar o País a partir da falência do Estado e da conseqüente impossibilidade de ele desempenhar sua antiga função de "puxar" a economia nacional.

Considerando-se 1992 como mais um período de crescimento negativo da produção industrial brasileira, é importante ter claro como ela tem evoluído, numa visão de mais longo prazo. Assim, é possível detectar, que esse é o terceiro ano de quedas sucessivas da produção a partir de 1990, quando se implantou a política recessiva de Collor. Chama atenção na análise de um período mais amplo de tempo que, depois da recuperação que se verificou em 1984, o período Collor trouxe a produção absoluta a um nível que é, em 1992, apenas 5% superior ao de 1981. Enquanto isso, a população cresceu mais de 20% entre 1981 e 1992, o que evidenciam uma queda importante da produção industrial *per capita*.

Os indicadores industriais de 1992 trazem novamente uma situação já conhecida da sociedade gaúcha. Repete-se neste ano uma comparação de taxas de crescimento negativas da produção industrial do Brasil e do Rio Grande do Sul, sendo que o maior mérito do Estado é não ter acompanhado em intensidade a queda a nível nacional. De fato, se, no período

acumulado de janeiro a setembro, a indústria de transformação brasileira amargou um crescimento negativo de 6,23%, a indústria gaúcha apresentou uma taxa de -0,54%.

EMPREGO E SALÁRIO

Itamar Franco assumiu a Presidência da República em um contexto nada promissor no tocante ao emprego e aos salários. No que concerne ao primeiro, a conjuntura é especialmente grave, como mostram os indicadores das várias regiões do País. Partindo de uma base média de 1985 igual a 100, o índice de desempregados na Grande São Paulo, segundo dados da PED-SEADE, passou de 88,0 em 1990 para 102,5 em 1991, chegando a 152,7 em 1992. O número de desempregados nessa região atingiu 1.208.000 pessoas, registrando-se uma taxa de desemprego total de 15,5% em outubro deste ano, patamar muito elevado para essa época do ano, quando era esperada uma redução das taxas devido ao aquecimento sazonal das atividades econômicas.

A PED na Região Metropolitana de Porto Alegre, que vem sendo realizada desde junho de 1992 pelo Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE, mostra uma certa estabilidade na taxa de desemprego.

O rendimento médio real dos assalariados na Grande São Paulo, segundo os dados da PED-SP, oscilou, de janeiro a setembro de 1992, em torno de 60% do seu valor médio de 1985, e a massa salarial real apresentou queda de fevereiro até julho de 1992, registrando uma certa recuperação nos meses de agosto e setembro, porém ainda não conseguindo atingir o índice de janeiro de 1992 e ficando pouco acima de 60% do seu valor médio de 1985. Já a PED-RMPA registrou crescimento do rendimento médio real dos assalariados desde o início da pesquisa (junho = 100), atingindo índices de 103,3 em julho, 104,5 em agosto e 107,3 em setembro. Esse aumento do rendimento foi "puxado" pelo setor industrial, que cresceu de 100,0 para 112,8 nos quatro meses pesquisados. A massa salarial também apresentou um crescimento de 100,0 em junho para 105,7 em setembro. Apesar desse aumento dos seus rendimentos, a metade dos assalariados da RMPA tem uma remuneração baixa — em torno de dois salários mínimos.

COMÉRCIO EXTERIOR

No decorrer deste ano, observou-se, na América Latina, uma tendência de abertura das economias, com reduções tarifárias, sendo que, no Brasil, esse programa foi acelerado, não tendo, entretanto, implicado acréscimo nas importações do País, devido à recessão interna.

Continua a integração em blocos de países, com crescimento do comércio intrabloços, o que poderá implicar futuras modificações nas negociações multilaterais, pelo incremento protecionista dos mesmos em relação a terceiros países, concomitantemente à abertura no interior dos blocos.

Espera-se, até fins de 1992, um incremento significativo no superávit comercial brasileiro e nas reservas internacionais, dado o acréscimo das exportações e o grande afluxo de capital externo, o qual, apesar de ter diminuído nos últimos meses de 1992, continua em busca de ganhos especulativos, dadas as elevadas taxas internas de juros reais num momento de crise mundial. Já o acordo da dívida externa brasileira com os bancos credores privados, tendo em vista sobretudo os problemas políticos internos, ainda não foi firmado.

No MERCOSUL, um grande número de medidas foram acionadas para facilitar e ampliar as transações comerciais, cujo incremento, em 1992, foi relevante. Entretanto ainda se observa um elevado grau de dificuldades para formular políticas comuns, indispensáveis para a harmonização de políticas macroeconômicas.

Volume XXI - Número 1 - Maio/1993

POLÍTICA MONETÁRIA

Diante do quadro econômico e político, não restou ao Governo, no primeiro trimestre de 1993, outra alternativa a não ser a de manter uma política monetária restritiva combinada com arrocho salarial, a fim de controlar a inflação mesmo que nos níveis atuais.

A reforma fiscal que foi pauta de discussões durante todo o ano de 1992 acabou não se concretizando nesse período. No primeiro trimestre de 1993, o Congresso aprovou, em dois turnos, o Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras (IPMF), que se constituía numa sugestão da Comissão de Reforma Fiscal (Imposto sobre Transações Financeiras). No entanto, na proposta de ajuste fiscal, esse imposto ira substituir o PIS/PASEP e o FINSOCIAL, que também são impostos em cascata, ou seja, incidem sobre todas as operações realizadas ao longo da cadeia de produção, de distribuição e de comercialização. O IPMF terá uma alíquota de 0,25% sobre débitos em conta corrente do sistema bancário e é de competência exclusiva da União. Por sua vez, o IPMF teria como vantagem a ampliação da base de contribuintes, ao incidir sobre os setores formal e informal da economia. Todavia o que ocorreu foi a criação de mais um imposto sem alteração no sistema tributário vigente.

POLÍTICA FISCAL

No mês de janeiro de 1993, o Tesouro Nacional registrou um superávit de caixa de Cr\$ 2,54 trilhões, enquanto, no mês de fevereiro, houve um déficit de Cr\$ 14,23 trilhões. Neste último mês, houve crescimento considerável das despesas, enquanto as receitas não acompanharam esse aumento, sendo que um dos fatores a ser levado em conta é o de que o número de dias úteis é menor em fevereiro, o que reduz a arrecadação. Para cobrir esse déficit, o Governo utilizou o superávit obtido em janeiro (Cr\$ 2,5 trilhões) e mais Cr\$ 11,5 trilhões de recursos que compõem a denominada remuneração de disponibilidades do Banco Central, que representa o ganho financeiro obtido pelo Governo através da aplicação dos recursos do Tesouro Nacional no mercado financeiro.

AGRICULTURA

O Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), aponta um crescimento de 0,18% na área plantada em relação à área colhida na safra 1991/92 para os 13 produtos que a pesquisa abrange.

No que tange à evolução da área plantada, os produtos com maior crescimento foram a soja (10,87%), o fumo (8,67%), a mamona (6,12%) e o feijão de primeira safra (6,07%). Os produtos com redução de área foram o algodão herbáceo (26,12%), a cebola (12,14%), a batata-inglesa de primeira safra (10,45%), o milho de primeira safra (4,27%) e o arroz (3,41%). No que diz respeito à produção na safra 1992/93, o LSPA indica um volume de 60,8 milhões de toneladas para os quatro principais grãos de verão, a saber: arroz, feijão, milho e soja. Isso representa um aumento de 2,98% em relação à safra anterior.

O Rio Grande do Sul, responsável por um quarto da colheita brasileira dos quatro grãos acima citados, deverá atingir um volume físico de produção de 15,2 milhões de toneladas para esses produtos. Tal volume representa um declínio de 4,5% em relação à safra 1991/92. Esse resultado negativo é fruto da redução da produção de milho, que atingirá 18%, cerca de um milhão de toneladas. Isso em função, principalmente, da substituição da área de milho por soja, a qual teve, em 1992, preços mais compensadores.

As regras de comercialização para a safra 1992/93 foram definidas sem que os recursos necessários para liquidar as AGFs da safra anterior fossem liberados pelo Ministério da Fazenda. Os vencimentos dos EGFs-COV têm sido sistematicamente prorrogados, o que poderá resultar em redução de preços no momento da comercialização da nova safra, além de problemas de armazenamento desta.

INDÚSTRIA

Terminado o processamento dos dados de produção física para a indústria de transformação brasileira no ano de 1992, o IBGE revelou, mais uma vez, um taxa de crescimento anual negativa. Acumulados aos -9,41% e -0,55% de 1990 e 1991, os -4,94% de 1992 perfazem um resultado trágico de -14,42% durante o período do Governo Collor.

Ao se analisar o desempenho industrial durante 1992, verifica-se que ele foi atípico, pois apresentou uma produção em ascensão no primeiro e quarto trimestres e queda no meio do ano. Com efeito, a boa safra agrícola, que foi um dos aspectos responsáveis pelo desempenho do primeiro trimestre, mesmo somada aos afeitos favoráveis do acordo da indústria automobilística, não foi suficiente para sustentar a produção dos trimestres seguintes. A isso veio se somar a crise política que antecedeu a votação do *impeachment* do Presidente Collor e que repercutiu negativamente sobre as decisões de produção e consumo. Confirmando a noção de atipicidade, o último trimestre do ano mostrou uma recuperação da produção, que se baseou em pequena melhora dos salários, estabilização da taxa de desemprego e, ironicamente, na insegurança gerada pela ausência de rumos definidos da política econômica.

Em um movimento de recuperação semelhante ao verificado a nível nacional, a indústria gaúcha também reverteu no final do ano a tendência de queda que prevaleceu de abril a outubro e terminou 1992 ostentando crescimento da produção. Ainda que se possa considerar que a taxa de crescimento de 1,85% é tímida enquanto grandeza, não se deve descartar o fato de que foram poucas as regiões que conseguiram números positivos em 1992.

**COMÉRCIO
EXTERNO**

A balança comercial brasileira alcançou um superávit de US\$ 15,665 bilhões em 1992, superando o saldo de 1991 em 48,08%. Enquanto as exportações totalizaram US\$ 36,207 bilhões (o que representou um acréscimo de 14,51% em relação ao ano anterior), as importações limitaram-se a US\$ 20,542 bilhões, registrando um decréscimo de 2,37% em relação a 1991.

Enquanto o índice de preços das exportações totais no período jan.-set./92 registrou uma queda de 10,4% em relação a igual período do ano anterior, o índice de *quantum* apresentou um acréscimo de 26,3%, mais do que compensando a queda nos preços, já que o índice de valor (taxa de crescimento das receitas de exportação) para o período em análise indica um crescimento de 9,02%. As importações também registraram queda no índice de preço e aumento no índice

de *quantum*. Esse declínio nos preços das importações compensou em grande parte as perdas nos preços dos produtos exportados pelo Brasil, impedindo que houvesse uma deterioração acentuada nas relações de intercâmbio do País.

Volume XXI - Número 2 - Agosto/1993

**POLÍTICA
FISCAL**

Durante o segundo trimestre de 1993, dois programas econômicos foram elaborados com o objetivo principal de ajustar as contas públicas. O primeiro — Plano Eliseu —, anunciado em 24.04.93, objetivava recuperar a atividade econômica e reduzir a inflação através de medidas na área fiscal. Os seus principais pontos eram baseados no aumento de receita fiscal decorrente do rigor na fiscalização de tributos e da aprovação do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF), cortes de despesas já orçadas e aceleração do programa de privatização. Além disso, esperava-se contar com uma redução na taxa de juros, na medida em que isso reduziria as despesas financeiras.

Com a mudança do Ministro da Fazenda em maio de 1993, o plano não foi implementado. Ao assumir, o Ministro Fernando Henrique Cardoso anunciou um novo programa — Plano de Ação Imediata —, baseado sobretudo em medidas na área fiscal. Esse programa foi elaborado visando atuar sobre três principais pontos das finanças públicas: receitas, despesas e dívidas.

Os resultados atingidos pelas contas da União nos primeiros quatro meses do ano não revelam uma situação confortável. A execução financeira do Tesouro Nacional registrou um comportamento instável nesse período. No acumulado, houve um resultado negativo de Cr\$ 10,7 trilhões.

**POLÍTICA
MONETÁRIA**

A política monetária do Governo tem-se restringido fundamentalmente à manipulação da taxa de juros, mantendo-a relativamente elevada ao longo do tempo, com a finalidade de estimular a poupança e conter o consumo por parte dos agentes econômicos.

AGRICULTURA

As condições climáticas vigentes, especificamente no RS, durante o quarto trimestre do ano permitiram a conclusão do plantio e o desenvolvimento das lavouras sem maiores problemas. Dessa forma, a produção gaúcha das quatro principais lavouras de grãos de verão, apesar de não se ter constituído em um recorde, deve ser considerada boa,

podendo ser classificada como a segunda maior da história, com 15,7 milhões de toneladas. A recuperação da área plantada nas lavouras de arroz e soja não foi suficiente para superar a queda na produção de grãos gerada pela redução da área plantada na lavoura de milho. Relativamente à safra anterior, que foi a maior da história (15,9 milhões de toneladas), esta safra apresenta uma redução de 1,3%, se consideradas apenas as quatro principais lavouras antes mencionadas. O volume de grãos gerado no RS por essas quatro lavouras representa 24,3% da produção nacional das mesmas.

INDÚSTRIA

Ao se concentrar a análise especificamente no ano de 1993, os dados do IBGE para o total da indústria de transformação revelam um crescimento de 8,79% no primeiro trimestre — em relação ao mesmo período de 1992. Com base nesse bom início de ano e tendo presente que o segundo e terceiro trimestres de 1992 representam uma base de comparação muito fraca — esse foi o período de turbulência política, com repercussões diretas sobre a economia —, todas as projeções para o desempenho final de 1993 apontam taxas não desprezíveis de crescimento.

Todavia, mesmo sendo auspiciosa a projeção de expansão para 1993, o que interrompe a trajetória de três anos de quedas cumulativas, é importante trazer para análise um parâmetro de fora da crise mais recente, a fim de não se perder a visão de médio prazo. Assim, tomando-se 1989 como ponto de referência, seria necessário obter, em 1993, um crescimento da produção da ordem de 17% para apenas repetir o nível absoluto do ano anterior ao do início do Governo Collor. Isso dá uma idéia clara da profundidade da recessão nos últimos três anos.

Os dados disponíveis para avaliar o desempenho da indústria gaúcha permitem apontar um movimento semelhante ao da indústria nacional no primeiro trimestre de 1993, porém com crescimento mais intenso. A despeito de o início do ano de 1992 ter sido melhor para a indústria gaúcha do que para a brasileira, fato que se deveu principalmente aos efeitos positivos de uma boa safra agrícola, o primeiro trimestre de 1993, mesmo com uma base de comparação não deprimida, acumula um crescimento da produção 12,17%.

EMPREGO E SALÁRIO

O índice do nível de ocupação da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) evidenciou um comportamento oscilatório nos primeiros meses de 1993. Esse indicador apresenta uma pequena elevação nos meses de janeiro e fevereiro — de 0,5% e de 0,4% respectivamente; reduz-se no

mês de março em 0,4%; eleva-se em abril em 0,9%; e volta a reduzir-se em maio em 0,9%. Nesse mês, o nível de ocupação eram levemente superior ao de dezembro de 1992 e representava um incremento de 7.000 ocupados na RMPA.

Com a aprovação, pela Câmara Federal, no final de junho, de um projeto de lei que institui reajustes mensais de salários, é praticamente certo que, no mês de julho, a política salarial seja modificada. De parte dos trabalhadores, faz sentido a reivindicação de uma redução da periodicidade dos reajustes, com a inflação mensal em um patamar de 30%; no que diz respeito aos empresários, estes só aceitarão a mudança na medida em que houver a possibilidade de repassarem para os preços das mercadorias os reajustes salariais; de parte do Governo, são alegados problemas relacionados com o combate à inflação, com o equilíbrio das contas públicas em geral e da Previdência Social em particular.

COMÉRCIO EXTERNO

A balança comercial brasileira fechou o mês de maio com um valor expressivo para a corrente de comércio no período acumulado jan.-maio, totalizando US\$ 24,476 bilhões e representando um resultado 15,08% superior ao de 1992. O fato alentador é a recuperação do saldo da balança comercial em maio (US\$ 1,45 bilhão), 69% superior ao saldo de abril (US\$ 858 milhões), visto que este último, considerando dados ainda preliminares e sujeitos à nova revisão, representou uma queda de 30,69% em relação a abril de 1992 (US\$ 1,238 bilhão) e de 45,52% em relação a março de 1993 (US\$ 1,575 bilhão).

A composição da pauta de importação brasileira, conforme dados preliminares para o primeiro quadrimestre de 1993, indica que o expressivo crescimento vem ocorrendo principalmente pelo aumento das aquisições de itens dos setores de bens de capital, matérias-primas e intermediários, com destaque para máquinas para processamento de dados, suas partes e acessórios, equipamentos e aparelhos eletrônicos, máquinas têxteis, produtos químicos, matérias plásticas artificiais, combustíveis, exceto petróleo, autopeças, algodão, trigo e fertilizantes. As aquisições de bens de consumo não têm apresentado variação significativa em relação ao mesmo período do ano passado, e o item que apresenta o crescimento mais expressivo dentre os bens de consumo importados é o de veículos para passageiros.

Com relação às exportações, verifica-se nos últimos anos uma mudança relevante nas vendas externas brasileiras por blocos econômicos e por país de destino. Os países da OCDE

vêm perdendo participação relativa nas exportações do Brasil, em parte por causa da crise econômica que atinge os países da América do Norte, Europa e Japão.

Volume XXI - Número 3 - Novembro/1993

**POLÍTICA
MONETÁRIA**

No terceiro trimestre do ano, o Governo, além da mudança do padrão monetário nacional para cruzeiro real, equivalendo a nova moeda a mil cruzeiros, procurou implementar algumas medidas contidas no seu Plano de Ação Imediata (PAI) anunciado em maio de 1993. Entre estas, encontram-se o corte de gastos orçamentários para esse ano e a elevação da receita através do recolhimento do IPMF. Além disso, negociou a rolagem da dívida dos governos estaduais para com a União, os quais, na sua maioria, já assinaram os acordos, ficando apenas para ser fixado pelo Senado o percentual da arrecadação comprometido com o pagamento da rolagem dessas dívidas.

Apesar desse esforço, a grande pressão, hoje, sobre a equipe econômica é pela adoção imediata de um plano de estabilização, visto que há um agravamento do processo inflacionário, com possibilidades de a taxa atingir o patamar dos 40% até o final do ano.

Na área da política monetária, o Governo não tem outra alternativa a não ser continuar controlando a liquidez da economia, principalmente através da utilização das taxas de juros. Entretanto, em algumas situações, deverá associá-la a medidas específicas, em vista da ação de algum fator que influencie a expansão da base monetária, como, por exemplo, foi o caso, ao longo do ano, da elevação das divisas, devido às operações do setor externo.

**POLÍTICA
FISCAL**

No que diz respeito à questão fiscal, os resultados obtidos até agora nas contas públicas revelam dificuldades para atingir um superávit este ano. Além disso, a equipe econômica já considera que dificilmente o déficit público operacional, estimado em US\$ 25 bilhões, poderá ser zerado em 1994. O Governo já admite a idéia de que esse déficit atinja US\$ 10 bilhões neste ano.

Uma das dificuldades para equilibrar as contas públicas é que existe a possibilidade de que não ocorra uma ampla reforma fiscal ainda em 1993, pois a aprovação de uma reformulação tributária, via revisão constitucional, de acordo com o projeto do regimento interno, depende da votação das regulamentações que deverá ocorrer no período de 12 a 25

de dezembro de 1993, ou seja, com um prazo muito exíguo para aprovação de amplas medidas fiscais.

AGRICULTURA

Em linhas gerais, o Plano Safra 1993/94 não propôs grandes modificações com relação aos planos anteriores. A novidade ficou por conta da intenção de estabelecer o sistema de equivalência-produto, modalidade de financiamento já introduzida em São Paulo, pelo Governo Fleury.

O último relatório de acompanhamento de safras do GCEA/IBGE (agosto/93) divulgou as estimativas de área plantada e de produção de trigo para 1993. De acordo com esse relatório, a área plantada no Rio Grande do Sul registrou um acréscimo de 9,8% sobre a primeira estimativa realizada em maio, o que significa um aumento de 20,4% sobre a área colhida do ano passado, que foi de 489 mil hectares. A produção, por sua vez, está estimada em 1,027 milhão de toneladas.

INDÚSTRIA

O desempenho da indústria nos sete primeiros meses de 1993 comparado com o no mesmo período do ano anterior, ressalvando que neste último a produção foi extremamente restrita, permite inferir que, com exceção de fevereiro, os outros meses registraram taxas de crescimento acima dos 10%.

Cabe observar que alguns ramos da indústria de transformação já alcançam níveis perigosamente elevados de uso da capacidade instalada, destacando-se entre esses o automobilístico (95%), o de papel para impressão (95%), o de pneumáticos e câmaras de ar (94%) e o de derivados de petróleo (94%).

A situação só não é mais grave, porque está havendo, na maioria dos ramos industriais, significativos ganhos de produtividade.

De janeiro a julho, o desempenho da indústria gaúcha foi superior ao da média nacional, ou seja, enquanto a indústria do País registrou, nos sete primeiros meses de 1993, a taxa de crescimento da produção de 10,66%, o setor fabril gaúcho acumulou no mesmo período a taxa de 16,71%.

Volume XXI - Número 4 - Janeiro/1994

POLÍTICA MONETÁRIA

A política econômica, ao longo de 1993, atuou tanto no sentido de manter sob controle a inflação quanto na preparação de terreno para um futuro plano de estabilização. Para isso, combinou medidas destinadas ao saneamento das finanças públicas com iniciativas nas áreas cambial e monetária. Em